



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2017-2021

Ata n.º 7/2021

Sessão Ordinária de 25 de Junho de 2021

Aos vinte cinco dias do mês de Junho do ano de dois mil e vinte e um, pelas 21 horas e dez minutos, deu-se início à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Loulé, no Cine-Teatro Louletano, convocada ao abrigo do artigo trigésimo sétimo do Regimento, presidida pelo senhor Presidente da Assembleia, Hugo Miguel Guerreiro Nunes, com a seguinte Lista de Presenças e Ordem de Trabalhos:-----

----- **Lista de Presenças:**-----

24 Deputados Municipais do PS- Hugo Miguel Guerreiro Nunes (Presidente da Assembleia), Maria Helena Serafim Guerreiro Brito Baptista, Carlos Manuel Pontes Costa, Rosana Corga Fernandes Durão (1ª secretária), Vítor Cristiano da Piedade Ferreira, Maria Esteves Ferreira Lourenço, Abel Filipe dos Santos Matinhos, Sónia Alexandra Martins dos Santos Neves, Fernando Pereira Marques, Joana Guerreiro da Conceição (2ª secretária), Fábio Miguel Cortes Nobre, Dora Maria Portela do Olival, José João Magalhães David, Maria da Conceição Leite Esteves Duarte, Márcio Alexandre Bandeira Fernandes, Manuel Vitorino Correia Inácio (em substituição de Joaquim Manuel dos Santos Vairinhos), Marco Jorge de Freitas Matos Ferreira (em substituição de João Luis Calçada Correia), Joaquim João Pinheiro Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Almancil), Adriano Costa Cabrita (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia Alte), José Fernando Florinda Carrusca (Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial), Nelson Joaquim Caetano Brazão (Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime), Telmo Manuel Machado Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), André Teixeira Correia (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de S. Clemente) e Manuel Francisco Gonçalves Guerreiro (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião);-----

8 Deputados Municipais do PSD- Mário Baião Botelho da Silva, Maria José Botelho da Palma Bento Vasques, João Manuel Guerreiro da Conceição, Bárbara Maria do Amaral Correia, Cláudio Filipe Simão de Lima (em substituição de Sebastião Francisco Seruca Emídio), Iolanda Viveiros Melo (em substituição de Duarte José de Sousa Duarte), Francisco André Pereira Rodrigues (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Salir) e Maria Margarida Renda Correia (em substituição da Presidente da União das Freguesias de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Querença/Tôr/Benafim);-----

1 Deputado Municipal do CDS- António José Mendes Pinto Farrajota;-----

1 Deputado Municipal do BE- Carlos José da Silva Martins;-----

Também estiveram presentes o Presidente da Câmara, Vítor Aleixo, e os Vereadores, Pedro Pimpão, Heloísa Madeira, Abílio Sousa, Carlos Carmo, Marilyn Zacarias e José Graça.-----

Estiveram ausentes:-----

Os Vereadores Ana Machado e Horácio Piedade.-----

O Deputado Independente, Fernando Domingos dos Santos, informou previamente o Presidente da Assembleia Municipal, que não iria participar na reunião.-----

Apresentaram pedido de suspensão de mandato:-----

Os Deputados Municipais do PS, Joaquim Manuel dos Santos Vairinhos, tendo o mesmo sido substituído por Manuel Vitorino Correia Inácio e João Luis Calçada Correia, tendo o mesmo sido substituído por Marco Jorge de Freitas Matos Ferreira.-----

O Deputado António Francisco Ferreira Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Alte), comunicou impedimento em estar presente, designando como seu substituto legal, ao abrigo do art.º 30.º, n.º3 do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, Adriano Costa Cabrita.-----

O Deputado Carlos Filipe Gabriel de Sousa (Presidente da Junta de Freguesia de S.Clemente), comunicou impedimento em estar presente, designando como seu substituto legal, ao abrigo do art.º 30.º, n.º3 do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, André Teixeira Correia.-----

Os Deputados Municipais do PSD, Sebastião Francisco Seruca Emídio, tendo o mesmo sido substituído por Cláudio Filipe Simão de Lima e Duarte José de Sousa Duarte, tendo o mesmo sido substituído por Iolanda Alexandra Viveiros Melo.-----

O Deputado Deodato Martins João (Presidente da Junta de Freguesia de Salir), comunicou impedimento em estar presente, designando como seu substituto legal, ao abrigo do art.º 30.º, n.º3 do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, Francisco André Pereira Rodrigues.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Faltou sem ter apresentado justificação, Ricardo Manuel Casanova Lampreia.---

Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia a existência de quórum deliberativo, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, deu início à Sessão, com a seguinte Ordem de trabalhos:-----

-----**Ordem de Trabalhos**-----

1-Intervenção do Público;-----

2-Aprovação de Atas;-----

3-Informação sobre Expediente e Requerimentos;-----

4-Período de Antes da Ordem do Dia;-----

5-Moções;-----

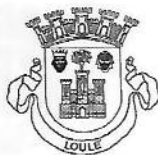
6-Período da Ordem do Dia;-----

a)- **Apreciação da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Loulé, acerca da Atividade Municipal, e da Situação Financeira do Município, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;**-----

b)- **Proposta 34/2021- Deliberação relativa à Aprovação do Inventário de Todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva avaliação do ano de 2020 e Documentos de Prestação de Contas para 2020, de acordo com o disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º e alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; [Proposta da Câmara Municipal n.º 797-2021 e 887-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);**-----

c)- **Proposta 35/2021- Deliberação relativa à Aprovação da Alteração ao Mapa de Pessoal de 2021, nos termos da alínea o), do n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro; [Proposta da Câmara Municipal n.º 833-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);**-----

d)- **Proposta 36/2021- Deliberação relativa à 3ª Alteração Orçamental Modificativa da Receita, 3ª Alteração Orçamental Modificativa da Despesa e 3ª Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos, nos termos do previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual; [Proposta da Câmara Municipal n.º 913-2021]**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

(plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

e)- Proposta 37/2021- Deliberação relativa à Assunção de Compromissos Plurianuais- Abertura de Procedimentos Contratuais, conforme estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º8/2012, de 21/02, na redação atual; [Proposta da Câmara Municipal n.º 915-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

f)- Proposta 38/2021- Deliberação relativa à Aprovação da Alteração ao Acordo de Transferência de Recursos do Município de Loulé para a Freguesia de Almancil; [Proposta da Câmara Municipal n.º 897-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

g)- Proposta 39/2021- Deliberação relativa à Aprovação do Acordo de Transferência de Recursos do Município de Loulé para a Freguesia do Ameixial; [Proposta da Câmara Municipal n.º 776-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

h)- Proposta 40/2021- Deliberação relativa à Aprovação do Auto de Transferência de Recursos do Município de Loulé para a freguesia do Ameixial; [Proposta da Câmara Municipal n.º 908-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

i)- Proposta 41/2021- Deliberação relativa à Aprovação do Acordo de Transferência de Recursos do Município de Loulé para a Freguesia de Boliqueime; [Proposta da Câmara Municipal n.º 777-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

j)- Proposta 42/2021- Deliberação relativa à Aprovação do Auto de Transferência de Recursos do Município de Loulé para a Freguesia de Boliqueime; [Proposta da Câmara Municipal n.º 898-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

k)- Proposta 43/2021- Deliberação relativa à Aprovação da Alteração ao Acordo de Transferência de Recursos do Município de Loulé para a Freguesia de S. Sebastião; [Proposta da Câmara Municipal n.º 839-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

l)- Proposta 44/2021- Deliberação relativa à Aprovação da Alteração ao Auto de Transferência de Recursos do Município de Loulé para a Freguesia de S. Sebastião; [Proposta da Câmara Municipal n.º 840-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

m)- Proposta 45/2021- Deliberação relativa à Aprovação da Alteração ao Auto de Transferência de Recursos do Município de Loulé para a Freguesia de S. Clemente; [Proposta da Câmara Municipal n.º 838-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

n)- Proposta 46/2021- Deliberação relativa à Aprovação da Alteração ao Acordo de Transferência de Recursos do Município de Loulé para a Freguesia de S. Clemente; [Proposta da Câmara Municipal n.º 837-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

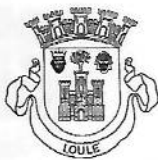
o)- Informação relativa ao Procedimento de Alteração ao Regulamento do Plano Diretor Municipal de Loulé (PDM): Aprovação de Relatório de Ponderação de Participação Pública; Aprovação de Projeto de Alteração de RPDM; Aprovação de Submissão a Conferência Procedimental da CCDR Algarve - Proposta de Alteração ao RPDM; [Proposta da Câmara Municipal n.º 757-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

p)- Informação relativa à Alteração por Adaptação do Plano Diretor Municipal de Loulé (PDM) aos Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT);[Proposta da Câmara Municipal n.º 920-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

Os pedidos de intervenção no Período do Público devem ser remetidos antecipadamente ao Presidente da Assembleia Municipal, por correio eletrónico para: aml@cm-loule.pt ou entregues nos serviços da assembleia, até às 12h30 do dia 24 de Junho.

O público que queira assistir à sessão, sujeito às limitações resultantes da situação de pandemia que impõe uma lotação reduzida, deve efetuar inscrição prévia, por correio eletrónico para : aml@cm-loule.pt ou presencialmente nos serviços da assembleia, até às 17h00 do dia 23 de junho de 2021.

Esta Sessão será transmitida em direto, no dia 25 de Junho de 2021, pelas 21 horas, no canal YouTube do Município de Loulé.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Foram iniciados os trabalhos-----

Entrou-se no Ponto 1 da Ordem de Trabalhos:-----

1 - Intervenção do Público;-----

Foi dada a palavra à cidadã **Manuela Labisa**, que disse que em 25.09.2020 estive presente nesta Assembleia expondo uma situação de ilegalidade de obras que foram realizadas nos números 23 e 7 da Travessa dos Oleiros, em Loulé, ambas de carácter particular e pertencentes a José Manuel Pontes Guerreiro, com as quais sou confrontante. Em 2018 fiz queixa na Fiscalização Municipal referente à abertura de 2 janelas na traseira do número 23. Em 2020 transformou uma das janelas em porta. Voltei a fazer queixa. Construiu uma laje em cimento que pavimentou nas traseiras do número 23. Depois de muita insistência, a Câmara enviou-me um ofício a informar que efetivamente as transformações de uma janela em porta e colocação de lajes eram obras ilegais. No entanto, discordo em parte com a opinião da Câmara uma vez que nunca lá existiu sequer janelas, o que era impossível visto as traseiras da casa estarem cobertas de terra.-----

A outra situação que pedi para ser esclarecida é o de saber quando é que o indivíduo entregou o projeto, qual o número do mesmo referente às águas residuais e de escoamento de águas pluviais do número 23, onde fez as ditas obras. Alterou toda a estrutura interior da casa, partiu as paredes, modificou-a, partiu o chão, mudou a pavimentação, abriu respiradores para a frente exterior da casa, todas estas alterações obrigariam a projeto aprovado pela Câmara. Qual o respetivo número? Mais informo ainda que fiz queixa na Fiscalização e dei conhecimento pessoalmente à D. Arquiteta Sofia, da Reabilitação Urbana que desvalorizou, dizendo que o problema seria dele um dia que quisesse vender a referida casa. Desse ofício nunca mais tive qualquer informação da situação.-----

Hoje o propósito que me faz aqui estar é outra situação de ilegalidade de obras nos números 7 e 23, uma vez que não é possível delimitar os limites da propriedade, mais concretamente com a obra que está em curso no número 7 no que respeita às áreas, uma vez que não é possível ter acesso à informação de projeto por falta do número correspondente do mesmo. Estas informações deveriam estar todas afixadas no placard que está na obra. Fiz novamente queixa à Fiscalização Municipal no dia 13.05.2021 e dei conhecimento pessoalmente à Senhora Arquiteta Sofia, da Reabilitação no dia 17.06.2021. A construção em causa no número 7 está descontextualizada, de volumetria exagerada. A parte coberta da anterior casa tinha 47 m², tendo depois, não sei baseado em quê, passado para 111 m², situação fácil de verificar pelos mapas anteriores, Google



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Maps. Houve um aumento da área descoberta com a compra de 28m² que anexou ao número 7 nas Finanças e na Conservatória, mas que utiliza onde lhe é mais proveitoso, isto é, também o divulga como logradouro no alojamento local no número 23. A construção em causa está entalada no meio das traseiras das outras casas, não existindo qualquer semelhança com a tipologia envolvente, não é tida em conta a harmonia do espaço envolvente, a saúde pública e a qualidade de vida dos moradores, pois são casas que estão muito próximas umas das outras levando a situações de conflito social. A cultura, o património e todo o legado do passado devem ser preservados e conservados, mas adaptados às sociedades dos tempos modernos não fazendo este tipo de "favelas", becos e guetos obscurantismo da Idade Média. Tendo em conta a situação de pandemia com que nos debatemos atualmente e ao que parece veio para ficar, deveria haver mais cuidado, sensibilidade e avaliação das decisões deste tipo de construção que levam à concentração descontrolada das pessoas. Não podemos pôr o interesse económico, ganância e caprichos de alguns acima da saúde, da qualidade de vida de todos os outros e de uma vivência saudável nas cidades. Tudo isto se passa numa zona histórica que a Câmara elegeu como de reabilitação urbana, sem que haja regras, transparência e coerência. Não é cumprido o artigo 20 do PDM de Loulé, nomeadamente, no número 2 e no número 3 na redação: "as edificações existentes deverão ser conservadas e recuperadas e a edificação a erigir obedecerá aos seguintes procedimentos e regras, qualquer licença de demolição deverá ser precedida de vistoria a efetuar por uma Comissão Municipal criada para o efeito. Deverá respeitar-se a traça existente e integrar-se de forma harmoniosa na malha urbana existente, respeitando a morfologia e volumetria da zona envolvente. Os edifícios deverão ser mantidos, só em caso de problemas estruturais os mesmos serão demolidos e deve-se respeitar o existente PDM."---

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em face ao exposto solicito esclarecimentos sobre os pontos abordados na anterior Assembleia Municipal, nomeadamente, qual é o número do projeto de águas residuais e pluviais do número 23, consta que correm para terrenos em zona circundante. Gostava também que me informassem do porquê da manutenção das seguintes inconformidades, placard de alvará de obra disforme com o constatado e porque é que não é feita a fiscalização e, porventura, aplicada a respetiva coima. Acesso à autorização para a demolição do edifício anterior. Número de alvará de obra do número 7 e qual o parecer que permite que seja construída uma obra com estas características. Como é que é possível a Câmara autorizar constantemente o corte da via pública numa obra que não cumpre as regras? Placard com falta de informação e informação errada. Mais quero saber o porquê da informação solicitada me ser constantemente vedada pelos serviços da Câmara? Desde já



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

afirmo que me oponho a tamanha construção e mais alojamento local, já pela concentração na área e de confrontar com a minha propriedade. Deste assunto entrego à Assembleia Municipal documentos relativos a que eu acabei de expor.--

Em seguida foi dada a palavra ao **cidadão José Neves**, que disse que tinha alguma esperança que nunca mais voltasse aqui com a questão da Central Verdasca. A meu pedido, a segunda Central Verdasca foi embargada por Vossas Excelências. Pensei que era de vez, mas parece que o assunto não está de vez resolvido. Fiz 2 denúncias de violação do embargo, não aconteceu nada, as obras continuaram em território RAN embargado. Foram concluídas as tubagens, infraestruturas para as necessárias cablagens. Em outubro de 2020 foi duplicada a cabine de comando. É inegável a vontade de dar continuidade a um procedimento ali recorrente. O crime consumado, já aqui falei no crime consumado várias vezes. É que faz-se o trabalho e depois torna-se a ser irreversível. Volto a referir, este assunto fez-me vir cá porque nos últimos dias, de facto, houve obras no espaço, tudo está a andar não sei para quê, não sei para onde, o que é que se passa, desconheço completamente. Talvez os Senhores saibam, eu não sei.-----

Meus Senhores, na Estrada que vai para Vale Judeu a partir da rotunda CIMPOR existe um lote de terreno RAN que foi embargado pela DRAP Algarve. Foi absolutamente parado tudo, pensei que estava resolvido. Após o embargo, foram lá enterradas muitas toneladas de resíduos de betão e de seguida foram cobertas com saibro. Foi-me garantido olhos nos olhos, e bem, tudo teria que ser removido. Nos últimos dias têm ocorrido obras de limpeza, nivelamento, remodelação, etc., mas remoção daquilo que não devia estar lá, zero, absolutamente nada. Meus Senhores, Vossas Excelências têm conhecimento do que é que se está a passar? Pretendem fazer alguma coisa?-----

Estrada Nacional 270, aquando da requalificação cedi da minha propriedade 1000 m², obviamente, com contrapartidas escritas. Uma delas, meus senhores, era o descontinuo de ambos os lados por uma questão de segurança rodoviária em frente à minha loja. Falei com o encarregado da empresa que estava a fazer a pintura de estrada e ele disse-me que "esta obra é municipal, irei falar com o Senhor Engenheiro da Câmara Municipal de Loulé." Bom, a resposta do Senhor Engenheiro, que eu não sei quem é e isso não é importante, "fica como está, sem descontinuo." Meus Senhores, isto é uma quebra de contrato, eu tenho um contrato escrito em que eu tinha o descontinuo dos 2 lados da estrada para os meus clientes e para eu próprio utilizar. Eu custa-me imenso dizer isto, mas tanto esforço que eu faço para contribuir para ajudar a pagar o ordenado a este funcionário e este nosso empregado ainda não percebeu que somos nós contribuintes que pagamos o ordenado dele, porque não entendo o seu

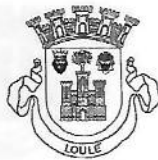


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

comportamento. O procedimento de pintura da Estrada Nacional 270, que agora é municipal, foi feito de tal forma que deu origem e está em curso uma petição pública, que vos digo sinceramente que terei todo o prazer em assinar. Eu penso que os Senhores também lamentem que o povo chegue a esta situação. Isto não faz sentido nenhum. Senhor Doutor Vítor Aleixo, eu vou-me dirigir a si porque penso e acredito ser determinante para o futuro do concelho de Loulé. Isto é uma opinião pessoal, eu até gostei do seu primeiro mandato, foi sofrível, o seu segundo mandato, na minha opinião e na opinião de muitos louletanos, é pá, foi um desastre. Um Executivo surdo, distante, sem respostas, nem humanismo. Além de que, e é importante dizer isto, não cumpriu o seu manifesto eleitoral. É importante referir isto. Não cumpriu o seu manifesto eleitoral. Para o bem de Loulé e dos louletanos, e espero sinceramente e acredito que perca as próximas eleições, é pá, não me leve a mal, é o que eu sinto, o que eu penso e o que eu peço. No entanto, poderá ganhar e se ganhar o que é que o Senhor tem a dizer aos seus munícipes? Vai consolidar uma gestão prepotente como a do seu segundo mandato? Vai levar à prática um desastre económico-social sem precedentes no concelho de Loulé? Ou vai parar para pensar e talvez assemelhar-se um pouco ao seu primeiro mandato que sinceramente foi muito melhor do que o segundo.----- Eu tenho que deixar aqui, também, uma desmistificação. Meus Senhores, eu fui Vice-Presidente do Chega Loulé, afastei-me quando eu me apercebi que o meu desempenho, o nosso desempenho nesta casa na defesa do bem comum, na defesa dos louletanos, incomodava os atuais dirigentes do Chega Loulé e saí, eu normalmente saio pelo meu pé. Estou aqui hoje como independente e será como independente que vou continuar nesta casa na defesa do bem comum, na defesa dos louletanos, na defesa do território e daquilo que eu acho que é certo.-----

O Senhor **Presidente da Assembleia**, referiu que os tempos são de tolerância e que, dizia isto pela última intervenção, o período de intervenção do público é para fazer aquilo que o Senhor José Neves fez, mas não pode é ser utilizado para acrescentar bancadas além daquelas que já existem na Assembleia Municipal. Os partidos que estão representados na Assembleia Municipal são estes e, portanto, dar-lhe esta nota, pois com certeza o Senhor José Neves regressará.-----

Em seguida foi dada a palavra ao **cidadão Nelson Costa**, que disse que seria mais suave, pois era a primeira vez que estava ali, e nem trazia nada escrito.----- O Senhor Presidente, e sabe porquê? Porque vivo as dificuldades daquela população no dia-a-dia. Vou começar por 2 ou 3 passadeiras que estão lá. Eu penso que já deviam ter olhado para aquilo porque são passadeiras que estão ali no meio de uma localidade onde está uma curva onde não há sinais, muitos poucos sinais há,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

em que os carros passam com uma velocidade tremenda. Eu tenho uma mãe que passa lá todos os dias. Tenho vários amigos, vários vizinhos e gostaria de saber se será possível fazer alguma coisa, como pôr umas lombas, já ouvi que era difícil, tem custos, queria pedir-lhe Senhor Presidente não vamos deixar que aconteça uma desgraça para ir lá no dia a seguir depois pôr uma lombazita e para disfarçar. Eu peço desculpa de estar a falar assim, eu não tenho a vossa experiência em política. Sou do povo trabalhador sofrido. Gostaria de ver essa situação resolvida porque mete em perigo a vida das pessoas.-----

Não sei se o Senhor Presidente da Câmara sabe, mas metade da população de Alfuentes não tem água, a água que nos é servida é por um vizinho, um amigo, que infelizmente já faleceu há pouco tempo. E desde que esse senhor faleceu, nós temos ficado dias após dias, uns dias temos água, outros dias não temos água, chegamos do trabalho, quando temos trabalho, que isto não está fácil, mas quando temos trabalho, eu por acaso tive trabalho hoje, não jantei para estar aqui, 12 horas em cima, veja bem o esforço, não temos água. Na semana passada tive domingo, segunda, terça, quarta, quinta, sexta, bom, isto dá quase uma música, sem água. Fiquei a saber que fizeram um troço de Boliqueime, quase que chegou a Alfuentes, 50 metros e tínhamos água, acho que ficou mesmo ali a 50 metros, 60, 70. Fui-me informar do porquê daquilo, eu sou morador lá há 46 anos, mas estive fora algum tempo e agora voltei e fiquei a saber, fui ver o que se passou, faltaram 2, 3 tubos para nós pormos, pode ser que a população junta consiga arranjar algum valor, mesmo que dificilmente, para esses tubos. Fiquei a saber que vão fazer um troço do Parragil, Picota, desce 3, 4 quilómetros, bastantes custos, em vez de se acrescentar 50 metros. Entretanto estes 50 metros agora vieram-me dizer que as bombas que transportam a água, os tanques, aquelas coisas todas, a água não chega lá. Eu gostaria de saber qual vai ser o custo do troço do Parragil, se têm alguma coisa programada, porque eu já ouvi que está tudo feito, mas eu já vou nos 46 anos e qualquer dia bato a bota e não vejo lá água. Isto é que é certo. Gostaria de saber urgentemente o que é que os senhores podem fazer, não é porem um tanque, como quando eu tinha 12 anos que punham um tanque com umas torneiras e eu ia buscar água, por acaso conseguia, hoje em dia tenho quase 90% do corpo partido. Gostaria de saber qual é a hipótese de se resolver o problema, as pessoas que vivem lá, a minha mãe tem 71 anos, a minha vizinha tem 80 e estão a ver bem o tipo de população que vive ali em Alfuentes. E estou a dizer-lhe que é quase 90% das pessoas, acho que só há ali 2 ou 3 pessoas que não estão a usufruir da água do vizinho quando a filha consegue ligar a água, que ela não sabe onde estão as torneiras, é uma dificuldade terrível. Eu só vim por causa da água porque está a criar-nos um caos



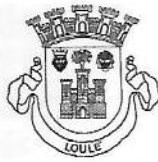
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

na nossa vida. Os senhores devem chegar a casa, abrem as torneirinhas, água da rede é muito porreira, tomam um duche e vão para o sofá. Eu também gostava de fazer isso todos os dias e não consigo, mas desconto como os senhores, pago e tenho a minha vida virada de patas para o ar. Eu queria que o Senhor Presidente se focasse na água porque eu ainda vou falar-lhe de mais 2 ou 3 coisas muito rapidamente.-----

Gostava de saber o que é que estão a pensar fazer no troço do nó da Via do Infante a Boliqueime que já lá perdi 4 ou 5 amigos naquela estrada, aquilo, não é a 125, que fosse lá gastar milhões que rebentaram com o meu negócio e com o negócio dos outros todos, e ainda ontem morreu um filho de Loulé na 125, anda tudo a dormir, não estou a dizer que são os Senhores, mas quem projetou aquilo deveria ter um palmo, passeios com 7 metros em frente à minha pastelaria, que eu fui obrigado agora a fechar, 7 metros de passeio e tiraram o estacionamento do povo. Onde não há casas, puseram estacionamento de um lado da estrada e do outro, onde está o negócio. Eu fui à TVI, a todo o lado, não vi um Presidente, não sei se era o Senhor, que eu não percebo muito disto, não vi lá ninguém a vir dar satisfações. A quem tinha negócios, o meu negócio rebentou e agora estou cheio de dívidas para pagar. Quem é que as me vai pagar? Tem calma, Nelson, pá isto resolve-se. O resolver é tirarem as casas à minha família porque eu já não tenho nada.-----

A rotunda de Boliqueime gostava de ver lá umas flores, é que eu vou de Albufeira para a Guia até Sagres e as rotundas estão todas decoradas, chega-se ali à rotunda de Boliqueime até às Ferreiras e é uma vergonha. Pasto e lixo.-----

Para terminar, Senhor Presidente o apoio social da Câmara de Loulé, acho que o Senhor deveria arregaçar as mangas e olhar com muita atenção o que se está a passar no apoio social porque nesta população de Boliqueime há tudo para uns que não fazem nada e quando há um que tem a casa a cair, que foi o que aconteceu a um amigo ontem, disse a Doutora que nós podemos ajudar com 10.000€, mas a sua mãe tem de ter 2000€, a minha mãe recebe 200€, mas há lá famílias que estão a crescer dia para dia com contentores no valor de 5000, 10.000€, e não para de crescer, Senhor Presidente. Eu gostaria de um dia beber um café consigo e falarmos melhor, se for possível, porque eu acho que os senhores têm que andar na rua para vocês terem o conhecimento, ver o que nós passamos no dia-a-dia. Não vamos ser como aqueles do Parlamento, estamos aqui todos, somos de Loulé, eu não sou de Loulé, sou de Boliqueime, Alfontes, vim hoje aqui a primeira vez e estou a esticar-me um pouco na conversa, mas defendi, sempre ajudei as pessoas da rua e quem me conhece eu sou um guerreiro no dia-a-dia, gostava de ver isso da parte dos senhores.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

De seguida foi dada a palavra à **cidadã Luísa Bota**, para expor uma situação. A primeira questão que eu queria colocar é um conceito que para mim penso que existe uma definição incorreta por parte do Executivo, o que é famílias carenciadas. Eu sei que foi criada a Fundação António Aleixo para ajudar as famílias carenciadas do nosso concelho. Eu tive conhecimento e a Fundação promove a continuidade dos estudos académicos a alunos de famílias carenciadas. Eu tive conhecimento há pouco tempo de uma senhora que é chefe de departamento do Executivo, a Doutora Lígia Terra, que o filho, que é aluno académico, candidatou-se à bolsa e obteve a aprovação para 400€ mensais. É assim, esta Senhora ganha 2600€ ou se calhar mais por mês, ela teve uma bolsa de 400€ mensais, o que dá um rendimento de 3000€ mensais. Pelo conceito do Executivo isto chama-se família carenciada. Eu não ganho 2600€, o meu filho tem 21 anos, é aluno da Universidade do Algarve em Economia Aplicada à Matemática, do último ano, eu candidatei-me à bolsa de estudo da Fundação António Aleixo, entreguei todos os documentos, a Fundação ligou para o meu filho, como não atendeu, eles rejeitaram a bolsa para a minha família. E então a minha questão é essa, eu não sou funcionária do Executivo, não tenho os meus contactos com tanta facilidade, mas a esta Senhora, a Doutora Lígia Terra, foi-lhe facultado com um vencimento mensal que ela auferia de 2600€ um apoio para o filho no valor de 400€, eu que não tenho esses rendimentos mensais não fui agraciada com esse valor, nem com nenhuma bolsa. Eu pergunto qual é a definição de família carenciada ao Executivo.-----

De seguida foi dada a palavra ao **cidadão João Carvalho Ferreira**, dizendo que na passada Assembleia de 30 de novembro foi lido aqui uma exposição, que eu diria mais uma composição. A pedido do Senhor Arquiteto Carlos Neves já como ex-chefe de Divisão do Urbanismo em defesa do seu bom nome e da sua honra afirmando a sua idoneidade, mas sustentada num mero arquivamento de um inquérito levantado pela própria Ordem dos Arquitetos, sim porque o inquérito foi instaurado e arquivado pela mesma entidade. Mas já agora aproveito aqui para divulgar publicamente que a base de sustento do seu arquivamento foi baseada no depoimento do visado onde refere, vejam só, "que não consta a existência de qualquer reunião na sua agenda pessoal" em detrimento de prova testemunhal. Esclarecida que está esta situação quero aqui publicamente perguntar ao Executivo e isto sim é que é importante, se o Senhor Arquiteto Carlos Neves, ex-chefe de divisão, foi ou não constituído arguido? Repito, foi ou não constituído arguido? Pelas denúncias por mim aqui apresentadas nesta Assembleia, bem como nas autoridades judiciais? Relembro aqui as sábias palavras do Professor Adriano Pimpão que foi democraticamente eleito, repito, eleito quando referiu a distinção



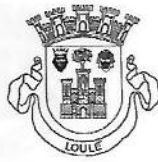
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

entre questões do foro ético e deontológico que se restringem apenas à Ordem dos Arquitetos e outra coisa são dualidades de critérios e isto sim é que é grave, sendo da responsabilidade da Câmara tais práticas.-----

Segunda questão, tive conhecimento pelas redes sociais que o Senhor Arquiteto Carlos Neves, em pleno período de pandemia e em teletrabalho, que alegadamente terá auferido em dezembro de 2020, 1405,96€ em horas extras ficando assim com uma remuneração de 3561,41€ e em janeiro de 2021, 843,58€ em horas extras ficando assim com uma remuneração respetiva de 2979,95€. E isto são apenas 2 exemplos pelo tempo limitado que aqui me permitem falar. Sendo assim, coloco a seguinte questão à Senhora Vereadora Marilyn Zacarias, afinal confirma ou desmente tal situação? A ser verdade, temos aqui um técnico camarário que já não é chefe de divisão, mas auferir mais que um Vereador, com horas extraordinárias quando todos os funcionários e, bem como todos nós, temos passado por grandes dificuldades. Relembro, Senhora Vereadora, que a ser verdade isto só lhe restará demitir-se e as autoridades judiciais atuarem em conformidade já que estamos a falar de dinheiros públicos.-----

Duas notas finais, uma para lembrar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Doutor Hugo Nunes, que lhe enderecei por carta registada com aviso de receção, a solicitar a este órgão a extração da certidão de 2 cópias das exposições que aqui foram lidas parcialmente e publicamente pela mesa dos arquitetos Carlos Neves e Sérgio Marcelo Santos para efeitos judiciais, que até à data ainda não me respondeu. Também tenho aqui que elucidar a todos, e isto porque já foi falado até pelo Executivo na comunicação social quando eu fiz intervenções porque nunca me ouviram falar aqui que sou de partido algum nesta casa, que sempre estive aqui como independente e arquiteto e, nunca pelo Partido Chega, no qual saí porque o próprio Partido Chega, Direção Nacional e a atual Concelhia, tentaram condicionar as minhas denúncias, que aqui fique bem claro.---

De seguida foi dada a palavra à cidadã **Maria Helena Baião**, referindo pretender trazer a esta Assembleia Municipal algumas ideias praticadas pela Câmara Municipal de Sintra que aprovou em fevereiro de 2021, por proposta do Bloco de Esquerda em reunião do Executivo, mais um pacote de medidas num valor superior a 2.000.000,00€ a desempregados, taxistas, clubes desportivos, IPSS e grupos de teatro e dança com o objetivo de minimizar os impactos socioeconómicos da COVID-19. Darei especial relevo ao facto do Município ter criado um inovador fundo destinado a apoiar e a auxiliar os munícipes desempregados da área de Sintra com dotação de 1.300.000,00€, na sequência da atual situação social e económica vivida no concelho no contexto da pandemia do COVID-19. O aumento do desemprego é altamente preocupante no concelho



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

de Loulé, com consequências sociais extremamente graves e que podemos verificar, por exemplo, na crescente procura de distribuição de alimentos que tem sido promovida pelo Banco Alimentar e a ReFood e para as quais há lista de espera. O apoio promovido pela Câmara Municipal de Sintra dirige-se a todos os munícipes que a 31 de dezembro de 2020 estivessem e se mantivessem numa situação de desemprego, fazendo prova de procura ativa de emprego, que não tenham usufruído de subsídio de desemprego ou rendimento social de inserção devido ao emprego informal particularmente na indústria turística e que em 2019 não tenham tido um rendimento familiar superior a 20.000,00€. Isto abrange muita gente. Falamos de pessoas sem qualquer apoio social e que se encontram numa situação de fragilidade extrema. A Câmara Municipal de Loulé é uma Câmara com uma excelente saúde financeira e, segundo o Presidente Vítor Aleixo disse ao Postal do Algarve em 2 de abril de 2021 e vou passar a citar, "quantificou em 10.000.000,00€ o impacto no orçamento camarário das medidas implementadas no âmbito do combate às consequências socioeconómicas da COVID-19. Vítor Aleixo revelou à Lusa que até agora a crise mal ou bem foi gerida com dificuldade e que o dispositivo de apoio social do concelho apoiado na rede social das instituições particulares de solidariedade social, Juntas de Freguesia e entidades descentralizadas do Estado fez uma gestão aceitável das necessidades. A preocupação centra-se agora na enorme incerteza que os próximos meses podem trazer justificado pelo fim das moratórias para muitas famílias." Fim de citação. Assim, gostaria de saber qual o pacote de medidas que o Município tem em curso na área desta enorme chaga social chamada desemprego no concelho de Loulé e se estabeleceu parcerias com o Instituto de Emprego e Formação Profissional e as Juntas de Freguesia, que estão mais próximas do cidadão, no sentido de obter dados viáveis e programar ações de formação ou outras e apoios dirigidos especificamente ao desemprego jovem e ao desemprego de longa duração.-----

Foi cedida a palavra ao Executivo Municipal, na pessoa da Senhora **Vereadora Heloísa Madeira**, que em resposta às questões levantadas pela cidadã Manuela Labisa, vamos analisar a exposição que apresentou e será alvo de uma resposta por escrito, no entanto, posso desde já que com a pesquisa que ali fiz rapidamente dar-lhe indicação dos números dos processos que indicou. O número 23 da rua dos Oleiros é o 131/16 e o número 7 é o 283/17, processos de urbanismo com estes números. Qualquer um deles tem alvará, estão em condições e receberam pareceres favoráveis da Direção Regional de Cultura, condicionados, mas pareceres favoráveis e esta Direção Regional de Cultura tem fama de ser tudo menos permissiva, por isso eu quero acreditar que todas as medidas,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

nomeadamente, de salvaguarda dos valores arqueológicos que há naquela zona, e que são muitos, que estão todos salvaguardados nas medidas que são adotadas. A obra, de acordo com aquilo que eu consegui ver, está a ser acompanhada diariamente por arqueólogos que têm que fazer os respetivos relatórios. Relativamente à ocupação da via pública para obras em espaços de reabilitação urbana, em espaços com vias com dimensões muito diminutas, é quase inevitável, não se consegue fazer obras, e temos aqui senhores arquitetos, é quase impossível fazer obras sem momentaneamente ou durante algumas obras durante vários dias ou intermitentemente fazer a interrupção, de outra forma não é possível intervencionar aqueles espaços. Isso foi uma inevitabilidade, para nós revitalizarmos zonas onde dificilmente dá acesso 2 carros se cruzarem tem que haver interrupção da circulação e por isso mesmo também a ocupação da via pública quando foi solicitada foi devidamente licenciada.-----

Relativamente às questões que o cidadão José Neves colocou relativamente à situação da Verdasca, não tenho nota de nenhuma evolução, é verdade, não lhe consigo dar, e o que também lhe tenho a dizer é que por estarmos a viver este período e isto relativamente às informações que teve e que tinha também já em seu poder desde a última Assembleia Municipal de que iria haver uma vistoria conjunta com a DRAP e com a RAN ela ainda não se realizou por estarmos neste período de pandemia. No entanto, tem havido fiscalizações e tem havido ações de fiscalização regulares, não houve foi a vistoria conjunta que está prevista e que irá ocorrer, com certeza. A minha colega da Fiscalização com certeza que irá tomar a devida nota e os fiscais lá se deslocarem e fazerem o levantamento da situação.-----

Relativamente à questão que o cidadão arquiteto João Ferreira colocou, se o arquiteto Carlos Neves foi constituído arguido, olhe, eu não lhe sei responder, isso tem que perguntar aos tribunais. Se ele foi constituído arguido pessoalmente, a Câmara não tem nota disso, nem tinha que ser, isso é um assunto entre os tribunais e ele, é um processo-crime, a Câmara o que fez foi entregar todos os elementos no Ministério Público e o que lhe digo é que até este momento não tivemos nenhum feedback do Ministério Público relativamente aos elementos que aí entregamos.-----

De seguida foi dada a palavra à Senhora Vereadora Marilyn Zacarias, em complemento da minha colega Vereadora Heloísa. Em respeito ao cidadão José Neves vou verificar a situação que está recente da Fiscalização. Em resposta às horas extraordinárias do arquiteto Carlos Neves, tratou-se de um projeto onde foram solicitados os serviços do arquiteto Carlos Neves para fazer umas vistorias, atualizar umas vistorias que estavam pendentes. Não é um trabalho de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

um mês, é um trabalho que ele foi fazendo, acumulou-se e fizemos o pagamento. O número exato que o Senhor traz, teria de ver o recibo de vencimento do senhor, não tenho comigo, obviamente, até porque isso é um dado pessoal do trabalhador. Agora, também, todos os trabalhadores da Câmara que realizem trabalho extraordinário recebem por essas horas, não se trata só de pagar a uma pessoa, portanto, todos os trabalhadores, pode confirmar, quem faz um trabalho extraordinário recebe o seu valor por ele, daí o pagamento ao arquiteto José Neves.-----

Relativamente à questão da cidadã Helena Baião, nós em termos de apoios ao desemprego, temos muitos com o Instituto do Emprego chamado CEI, que é o Contrato de Emprego de Inserção, a Câmara tem sempre mantido esta relação com o Instituto de Emprego, nós fazemos o pedido, existe sempre uma colaboração com muitos trabalhadores, portanto, nunca deixamos de fora estas pessoas a quem podemos ajudar. Também ao nível das freguesias, nomeadamente Quarteira já começou, os chamados RVCC, que são pessoas que não têm escolaridade e conseguimos ajudar através do Instituto do Emprego e das Freguesias se realizem estas atualizações e poderem num futuro entrarem num concurso, porque o que acontece é que muitas pessoas que entram nos CEI, que é o Contrato de Emprego de Inserção Social, eles não têm sequer a escolaridade, logo não reúnem condições para um concurso e nós temos feito um esforço. Há uma parceria prévia, tinha já sido orientada através Instituto do Emprego com a própria Câmara, iríamos ceder um espaço para eles trazerem a formação para uma instalação nossa, que devido ao COVID acabamos por ter que adiar, mas, por exemplo, a Freguesia de Quarteira já o está a fazer, em termos de apoio que podemos dar. Como sabe, a única maneira é uma parceria com o Instituto de Emprego para as pessoas poderem entrar nos concursos.-----

Foi cedida a palavra ao Senhor **Vereador Abílio Sousa**, para responder ao cidadão José Neves, em relação à 270. Eu desconheço esse contrato, deveria ter sido feito ou estabelecido na altura em que a estrada era do domínio da IP, contudo, se existia realmente esse traço descontínuo e que é fácil descobrir através do Google, será posto após a apreciação técnica, é aquilo que eu posso garantir.-----

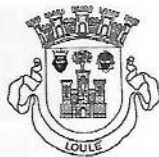
Em relação ao cidadão Nelson Costa, gostava que fizesse chegar à Câmara porque da forma que explicou aqui não ficamos com a precisão do local que se refere que é um local que é perigoso para os peões que circulam na zona, para fazermos uma análise técnica e estudarmos a possibilidade ou não de solucionar o anseio e a preocupação que demonstrou. Em relação ao troço que faz a ligação da 270, que é a antiga 270 de Boliqueime até à Via do Infante e as rotundas que referiu são da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

competência da Infraestruturas de Portugal, IP, contudo, não é a primeira vez que esse assunto vem aqui à Assembleia e nós, constantemente, fazemos chegar junto da IP as reclamações e estamos a aguardar que realmente seja feita a devida reparação porque como deve calcular a intervenção que fizemos na requalificação na parte que é a nossa, do município de Loulé, parou na zona das bombas de combustível e nada nos custaria chegar até Boliqueime. Como não é do nosso domínio, nós temos que respeitar e não fazer a intervenção. Em relação ao abastecimento de água que fala em relação a Alfones, nem sempre as coisas são tão fáceis como tentou demonstrar dos 50 metros, porque a água tem que trabalhar com alguma pressão e a solução encontrada tecnicamente será através do Reservatório que existe na Picota que será feita uma área de intervenção à volta de 15.000 metros lineares, ou seja, 15 quilómetros e tem um investimento de 1.500.000,00€. Devo dizer-lhe que esse projeto está em fase de revisão e no final deste ano, princípio do ano que vem será lançado um procedimento de abastecimento de água na zona de Alfones.-----

De seguida foi dada a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara**, referiu que naturalmente será breve até porque os Senhores Vereadores já responderam à maior parte das questões. Relativamente à questão colocada pela cidadã Luísa Bota quero-lhe dizer que a atribuição é de uma bolsa de investigação de doutoramento por isso não cai dentro do segmento de alunos carenciados, portanto, é uma outra situação e que, portanto, não cai nesse âmbito.-----
Depois queria responder à cidadã Maria Helena Baião que o Município de Loulé tem feito um grande esforço na gestão de crise a todos os níveis e os apoios sociais que têm sido dispensados às pessoas em geral, sobretudo aquelas que têm tido mais dificuldades não tem faltado, ao longo de todo este período já longo que a crise dura, com altos e baixos, mas não tem faltado. Aliás, o impacto orçamental desse apoio, como referiu reproduzindo umas declarações minhas à imprensa é isso mesmo, é um montante muito alto e por aí pode ter logo uma ideia o quanto o Município tem investido de apoio às famílias, no apoio às instituições, no apoio às IPSS, que tem sido um apoio sempre presente. Desde testes que têm sido feitos, muitos milhares de testes, ainda agora vamos em breve iniciar novo programa de testagem da população, porque essa é uma das medidas recomendadas pelas autoridades de saúde que é nesta fase vacinar o mais depressa possível a população e ao mesmo tempo combinar a vacinação com a testagem o mais numerosa possível. Já segunda-feira anunciaremos mais testes. E para somar a todos aqueles que foram, muitos, muitos, feitos até ao dia de hoje em instituições, em lares de idosos, em funcionários de apoios domiciliários, em situações onde se detetaram focos, a Câmara de Loulé esteve sempre presente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

para tesar a população para impedir a propagação das cadeias de, digamos, propagação da doença, em apoio alimentar, a Câmara de Loulé tem sido absolutamente exemplar reforçando os apoios às instituições que distribuem alimentos, posso-lhe dizer que não houve neste município uma família que de uma maneira ou de outra não tivesse recebido o apoio no momento em que necessitava no que diz respeito à alimentação. Em medicação a mesma coisa. Isentamos daquelas pessoas que habitam os fogos de habitação social do Município de Loulé, que são muitas essas famílias, isentamos sempre o pagamento das rendas, aliás agora decidimos até prolongar a isenção do pagamento dessas rendas até ao final deste ano. Quanto à formação temos acordos com o Instituto de Emprego e Formação Profissional para ocupar essas pessoas, as pessoas desempregadas que estão a sofrer com esta crise e, portanto, de alguma maneira através dessas ações de formação ao mesmo tempo que recebem alguma formação técnica profissional também poderem vir receber a competente remuneração. Absorvemos até ao limite das nossas disponibilidades dentro da Câmara muitas pessoas que ficaram disponíveis quando a hotelaria sofreu naquele período muito crítico em que praticamente não existiam unidades hoteleiras abertas no nosso concelho. Alteramos o nosso Regulamento de Apoio Solidário, o Loulé Solidário, eu não me lembro, não tenho memória nos últimos anos como este ano e o ano que passou ter assinado tanto acordo de apoio a famílias carenciadas, têm sido de facto centenas de apoios a pessoas que não tiveram rendimentos para pagar as suas rendas, para consultas médicas, enfim, um sem número de situações. Nós temos sido francamente solidários de acordo com aquela que é a nossa matriz política e prática habitual desde que aqui chegamos.-----

O Senhor **Presidente da Assembleia**, referiu que sobre a questão colocada pelo cidadão João Carvalho Ferreira relativamente a um requerimento que apresentou à Assembleia, de facto tenho conhecimento desse requerimento, esta Assembleia tem, por força daquilo que são as circunstâncias do seu apoio técnico, trabalhado com algumas limitações e por isso um dos problemas que tem, é o atraso na aprovação de atas, assim construímos agora uma solução que permitirá que em setembro recuperemos todas as atas que temos atrasadas e, portanto, é o objetivo. Nós sem ter a ata aprovada não podíamos emitir uma certidão da data. Eu estava convencido que teria recebido a informação que apesar de não podermos emitir uma certidão da ata poderíamos isso sim certificar que o áudio e o vídeo que estão disponíveis no canal do município no YouTube referente aquela sessão correspondia àquilo que de facto tinha sido a sessão e que de certeza constaria da ata. Esse era o extrato da ata que, obviamente, lhe faríamos. Nós poderemos lhe remeter, assim que tivermos a ata aprovada, aquilo que ocorreu na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

reunião, ou seja, o que foi lido, porque é isso que deve constar, não necessariamente o que foi escrito, sendo que é claro que a leitura das intervenções do público no período em que o público não apresenta de viva voz procura ser o mais fiel possível. Portanto, podendo não o ser, por várias outras questões, a regra é que nós certificamos a ata, transcrevemos a ata, ou, isso sim, e eu estava convencido que o senhor tinha recebido essa informação, validar a fiabilidade do registo de áudio e vídeo que está disponível na plataforma do YouTube. Estava convencido que esta informação lhe tinha sido passada, se assim não foi, peço obviamente desculpa, e com esta solução na próxima semana podemos, penso eu, dar resposta à sua solicitação.-----

Passou-se ao ponto seguinte;-----

2- Aprovação de Atas:-----

Neste ponto não foram apresentadas Atas para votação.-----

3- Informação sobre Expediente e Requerimentos:-----

Neste ponto não foram apresentados quaisquer documentos de expediente ou requerimentos.-----

4- Período de Antes da Ordem do Dia:-----

Solicitou para intervir, o Senhor **Deputado João Guerreiro (PSD)**, referindo que esta é uma fase verdadeiramente para todos os cidadãos da região do Algarve, e no mundo inteiro, mas naturalmente cabe-nos a nós avaliar a situação local, por um lado, primeiro de alguma forma agradecer ao Senhor Presidente da Câmara da pressão que fez junto do Governo por diversas formas, algumas delas por conferência de imprensa, outras pelos meios políticos que tem disponíveis, mas apelar que o Senhor Presidente use todos os meios possíveis nomeadamente congregando aqui as forças do Algarve, da região, porque verdadeiramente nós como cidadãos algarvios sentimos, eu sinto pelo menos e acredito que seja generalizado, que o Governo nos deixou para trás, de alguma forma. Abandonados de alguma forma, também, por razões que têm a ver com diversas matérias que destroem parte da economia. Por um lado, estamos a passar esta fase horrível, naturalmente que não é culpa de ninguém, mas os meios disponibilizados é que são culpa de alguém pela sua incapacidade, pela falta de empenho e digamos que sacrificando muitas vidas e economia que também serve a vida das pessoas. O



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Algarve tem sido preterido em função de diversos critérios, preterido por um lado porque não está a ser alvo de esforço suplementar, quando deveria, quanto a nós, suplantar para vacinar as pessoas. Por um lado, somos uma região mais exposta ao mundo, uns que convive, outros por força da nossa atividade principal que é o turismo, quer por ser uma região também ela aberta por essa mesma razão. Por um lado, temos esta questão que é extremamente relevante. Por outro lado, temos também em sintonia um baixíssimo nível de vacinação. Além disso, a testagem efetuada na nossa região contrariamente aos critérios que foram definidos ou pelo menos foram enunciados anunciados pelo Primeiro-Ministro não se verificam na fórmula que utilizam para tomar certas medidas de confinamento ou de desconfinamento. Obviamente que isto tem custos brutais a toda a economia quer a nível internacional na nossa imagem, nomeadamente, de sermos colocados nos chamados relatórios vermelhos ou, enfim, nas listas vermelhas, negras, na imagem do país, uma coisa verdadeiramente destrutiva não só de imediato, mas também a médio prazo. De uma forma muito rigorosa, estamos a passar uma fase de destruição da economia na nossa região por, na nossa opinião, por responsabilidade acrescida de quem nos governa não a nível municipal, eu reconheço aqui que o Senhor Presidente da Câmara tem feitos esforços muito significativos, ou pelo menos na medida em que fui contactado e tenho visto, efetivamente o Senhor está de parabéns pelo menos pelo esforço que eu entendo que seja muito relevante, mas o Algarve está a ser extremamente penalizado pela incapacidade do Governo Central. A questão dos, que bastante nos penalizam, vamos ver na próxima quinta-feira, que nos penalizam por isto porque são contabilizadas as pessoas que não são de cá, não são residentes cá na região e no município, são visitantes, são sempre bem-vindos naturalmente, mas não deveriam contar, não podem contar, naturalmente que o Senhor já ouviu dúzias de vezes, eu só quero reiterar que os senhores pelo menos nesta Assembleia, que os cidadãos em geral mostrem a vossa indignação e que mostrem ao Governo Central que não pode continuar com esta situação. A testagem é importante, sim senhor, mas a vacinação é muito mais importante. Não podemos continuar com os índices menores do país e dos menores da União Europeia, é uma coisa inaceitável e inaceitável. O Algarve depende do turismo, as pessoas do Algarve estão maioritariamente expostas à propagação do vírus e não podemos continuar com estes níveis de critérios e imposição de restrições destrutivas. Peço-lhe, por último, Senhor Presidente que de acordo com o que tem feito que aumente os seus esforços e a conjugação na região do Algarve para salvaguardar e salvar ainda algo da nossa economia regional e, nomeadamente, no nosso município.-----



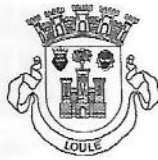
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Pediu para intervir o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, referindo-se, em primeiro lugar, ao Senhor Presidente da Assembleia relativamente às atas. As atas da Assembleia estão realmente muito atrasadas, mas nós discordamos em total do recurso ao exterior para repor a feitura das atas. Julgamos que na Autarquia existem muitos trabalhadores que nesta altura se encontram desocupados e em regime de teletrabalho e que devem ser aproveitados para ultrapassar esta situação temporária, justificando, portanto, uma melhor colaboração institucional. Em relação a 2020 temos 5 atas em atraso, em relação a este ano temos 7 atas em atraso. Apesar de todas as sessões serem gravadas e os vídeos serem públicos, esta situação não contribui para dignificar este órgão fiscalizador da atividade municipal e também impede aos cidadãos o acesso a estes importantes documentos. Por outro lado, esta sessão tem uma ordem de trabalhos muito extensa, vamos deliberar sobre assuntos importantes de gestão municipal como a prestação de contas, mapa de pessoal, revisão do orçamento, revisão do PDM, sabendo de antemão que muitos destes assuntos não serão debatidos por falta de tempo quer da Câmara, quer dos deputados prejudicando grandemente a apreciação de documentos do debate político.-----

Eu espero que pelas notícias que ouvi hoje na imprensa que o Senhor Presidente da Assembleia não tenha desistido de concorrer à Assembleia Municipal por minha causa, que também sou candidato do Bloco.-----

Agora queria questionar a Câmara para saber quantos trabalhadores da Câmara se encontram em regime de teletrabalho e qual é a taxa de absentismo prestada em 2020. Por outro lado, gostaria de saber a situação do Café Calcinha. Café Calcinha faz parte dos cafés com história, faz parte do roteiro da nossa cidade, a Câmara adquiriu o edifício, o rés-do-chão, fez obras de reabilitação, procedeu ao arrendamento, o concessionário tinha determinadas obrigações para além da exploração natural do café e o que acontece é que desde janeiro o Café Calcinha está fechado e as pessoas que passam na Avenida da República e perguntam o que é que se passa. Portanto, a pergunta ao Senhor Presidente da Câmara é o que na realidade se passa e quando é que está previsto a sua reabertura.-----

Gostaria também de saber aqui o ponto de situação concreto em relação ao COVID no concelho de Loulé com os seus principais focos de infeção e também o processo de vacinação em curso. Por outro lado, não compreendemos de maneira nenhuma o uso e abuso desta Câmara de promover a emissão de revistas em tempo de pandemia, com tiragens de 30.000 exemplares, que é esta que está aqui, 30.000 exemplares. Em 2020 foram emitidos 2 exemplares e este ano já foi emitido o número 3 que não acrescenta nenhuma mais-valia às publicações existentes para além das entrevistas com a figura pública, neste caso era com a Doutora Lídia Jorge, no primeiro era o Dino d'Santiago e o terceiro é o antigo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Presidente do Tribunal de Contas. Não acrescentam nenhuma mais-valia às publicações existentes na agenda municipal, basta abrir e isto é a repetição que vem nas agendas, ainda por cima, em tempo de pandemia o comércio local precisa de ajuda, isto não é feito no concelho de Loulé e como tal não percebemos de maneira nenhuma porque é que a Câmara gasta dinheiro nesta revista e gostaríamos de saber concretamente quanto é que custou esta revista. Senhor Presidente tem que nos explicar, aos munícipes e a quem está em casa para onde vai o nosso dinheiro porque se lermos o Relatório de Gestão vimos que para as despesas COVID contabilizaram 3,1 milhões de euros, não é assim tanta coisa num concelho que tem 160.000.000,00€.

O Senhor Presidente da Assembleia, referiu que de facto o receio de defrontar o Senhor Deputado poderia ser um motivo para uma não candidatura, acabou por não ser, mas podia ser um motivo de peso.

Foi cedida a palavra à Senhora Deputada Bárbara Correia (PSD), referindo que foi a bancada do PSD contactada por um grupo de cidadãos sobre a sujeição ao pagamento de taxas no estacionamento localizado na Avenida do Ancão. Sem prejuízo, a proposta do regulamento específico de estacionamento controlado da zona 6, Quinta do Lago, ter sido submetida à audiência dos interessados e consulta pública, a verdade é que são vários os cidadãos que não têm conhecimento ou não se apercebem das consultas públicas. Seremos deputados é também ouvirmos e sermos a voz daqueles que representamos, as pessoas do concelho de Loulé. Este grupo de cidadãos ao verificar a colocação dos parquímetros no Ancão considera, e não podemos deixar de concordar, que este é um fator discriminatório tendo por base o rendimento das pessoas e inibidor da fruição das praias, contribuindo para um aumento das assimetrias entre o interior e o litoral. Referem, ainda, que este Executivo não se pode justificar com a colocação destes parquímetros com argumentos de ordenamento do território porque aquilo que aqui está em causa é a escolha para o caminho fácil para este Executivo, a colocação de impostos, taxas e taxinhas, em vez de pensarem em formas mais modernas e proativas de envolver os cidadãos em causas ambientais. É verdade que este regulamento foi aprovado, é verdade que não houve pronúncias em tempo útil, mas também é verdade que só não mudam os burros, como dizia o vosso saudoso Mário Soares, e na política de hoje só não evolui a posição quem não estuda e ouve as pessoas. Perante isto questionamos este Executivo a possibilidade de reverter esta decisão.

Um segundo tema sobre a ARA - Associação Rescue Algarve, uma associação que a par do excelente trabalho no realojamento de animais tem criado protocolos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

com as escolhas no concelho de Loulé contribuindo para a educação da causa animal. Como é do conhecimento de todos os presentes, já foi falado em anteriores assembleias municipais, a Associação está a passar por um processo de legalização. Foi-nos transmitido que foram feitas promessas de fazer avançar a sua legalização e até à data ainda não foram recebidas quaisquer informações pelo que questionamos qual o ponto de situação deste processo de legalização.----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Abel Matinhos (PS)**, dirigindo-se ao Senhor Presidente, dizendo que se recusa fazer uma intervenção antes de todos os colegas aqui presentes colocarem a máscara corretamente tendo em conta o período em que vivemos e que ainda não estamos todos vacinados.-----
Antes de mais, acho que é demagogia falarmos dos lugares no estacionamento da Praia do Ancão tendo em conta que todos nós temos que regular o estacionamento público e não só. Então vamos por factos. Na Praia do Ancão o estacionamento não é totalmente tarifado, aliás, são 241 lugares gratuitos. Ou seja, qualquer pessoa pode ir à Praia do Ancão também sem pagar lugares no estacionamento. Porém, não esquecendo, existem 16 lugares que antes não existiam, aliás, sem esta medida não existiam 16 lugares reservados para mobilidade reduzida, 5 lugares reservados a cargas e descargas, 14 lugares reservados a forças de segurança, emergência médica e motociclos, ou seja, será que não faz sentido haver estes lugares tanto para a mobilidade reduzida, como para cargas e descargas, como para, importantíssimo, forças de segurança e emergência médica? Que, aliás, antigamente nós víamos o estacionamento da antiga Praia do Ancão, uma ambulância queria passar, não conseguia, um carro do INEM queria parar também não conseguia e, portanto, é importantíssimo que haja estes lugares para haver circulação. E nestes lugares todos somente existem 196 lugares tarifados. Eu penso que isto não é ridículo, nem é de todo inconcebível, aliás, a bom dizer isto é serviço público pois nós estamos a permitir que todas as pessoas possam ir à praia sem ter o seu carro estacionado o dia inteiro.-----

Para esclarecimentos sobre as intervenções dos Senhores Deputados, foi dada a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara**, que em primeiro lugar registou as palavras positivas que o Senhor Deputado João Guerreiro endereçou ao Executivo da Câmara Municipal de Loulé e concretamente à minha pessoa. É verdade que raramente estamos de acordo, mas desta vez uma convergência absoluta, temos que defender os interesses da nossa região e muito particularmente nesta fase da pandemia importa cerrar fileiras entre todos os políticos de todos os quadrantes, entre todas as associações empresariais e rede



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

de empresários para defendermos a nossa região e sobretudo para pressionarmos o Governo tal como eu estou a fazer diariamente para que os critérios de cálculo do rácio possam ser alterados. É injusto que a população considerada para efeitos destes rácios não seja a população residente e não tendo em conta os muitos, mas é que são muitos, milhares de turistas que por aqui passam sejam eles estrangeiros, sejam eles nacionais. Portanto, eu não posso neste momento dizer que este problema vai ter uma solução, quando é que vai ter, por vezes tenho sinais positivos de que o assunto está a ser ponderado e estudado para tentar corrigir aquilo que é uma injustiça, mas de concreto, neste momento, não tenho nada. De qualquer maneira aquilo que eu tenho dito é que devemos todos continuar com a mesma postura de exigência, falar no Algarve a uma única voz para melhor defendermos os nossos interesses. Falou aqui na taxa de vacinação e eu aqui falo já na taxa de vacinação. Na última semana, o Município de Loulé, que aliás está a vacinar de uma forma muito bem organizada, o apoio da Câmara, a logística colocada à disposição por parte dos serviços camarários para que a vacinação ocorra da melhor forma possível tem sido reconhecido por muita gente. Quero dizer que neste momento 27% da população do concelho de Loulé está totalmente vacinada. E 41,7% já tem a primeira dose e sabendo nós que nós estamos na última semana e esta semana estamos num período de aceleração do número de vacinados por dia. Passamos de uma média de 400 para 600 vacinados por dia, o que atendendo a um passado muito recente significa uma melhoria muito significativa na aceleração da vacinação. Não há outra maneira de nos defendermos desta pandemia, das suas consequências gravíssimas, é vacinar, vacinar, isso está a ser feito. A outra maneira é testar, testar, e eu não me quero repetir, nós temos testado muito e muito em breve no início da próxima semana vamos publicamente anunciar um novo programa de testagem da nossa população para que possamos conter esta pandemia e cortar as cadeias de contágio. Neste momento, o Município está numa evolução muito rápida, progressiva e constante e nós temos que estar todos muito preocupados e eu apelo a que todos tenhamos consciência que é necessário fazer muito mais em termos de tomar as devidas cautelas para que a pandemia possa ser contida e depois ultrapassada com vacinação.

Deputado Carlos Martins, o Café Calcinha está efetivamente fechado e eu explico porquê. Julgo que já tive a oportunidade de publicamente ter explicado a todos, é que ao lado há umas casas em ruína que pura e simplesmente colapsaram, colocando em causa a estrutura do edifício do Café Calcinha. Temos também problemas no telhado e vamos ter que imediatamente com a rapidez possível entrar ali e fazer uma obra que neste momento o procedimento está em curso, estas coisas levam tempo, as coisas requerem respostas rápidas, mas todos nós



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

sabemos, é bom que tenhamos consciência, que gastar dinheiro público tem muitas exigências, tem muitas regras, muitos prazos a cumprir e às vezes situações urgentes não podem ter uma resposta imediata como necessitariam porque temos os prazos, temos as formalidades, temos os concursos, temos que esperar respostas, temos que aceitar as reclamações, bem toda essa panóplia burocrática que todos nós conhecemos que atrasam intervenções que deveriam ser a todos os títulos rápidas. Portanto, esta obra vai demorar 4 meses e enquanto estiver a estrutura ao lado naquele estado o café não pode reabrir. Entretanto a concessão está a chegar ao fim, vai haver o anúncio para um novo período de concessão da exploração do Café Calcinha e, portanto, eu tenho muita pena que é um café icónico, um café que muita gente gosta, mas, Senhor Deputado, a vida é assim mesmo, criam-se situações destas, nós não estamos a dormir sobre o assunto, estamos a fazer aquilo que se impõe para rapidamente reabrir o Café Calcinha para satisfação dos turistas e dos louletanos que tanto gostam daquele espaço, aliás, como eu próprio.-----

Depois, o Deputado Abel Matinhos foi aqui muito esclarecedor com a intervenção da Deputada Bárbara Correia sobre os parquímetros. Que eu saiba, no passado, aqueles que nos antecederam aqui em responsabilidades governativas também colocaram parquímetros em inúmeros espaços do concelho de Loulé e sempre pagos. Não vejo porque é que agora nós deveríamos isentar totalmente o pagamento de ocupação daquele espaço que é um espaço muito procurado e muito pressionado. Aliás, nós fomos mais longe que aqueles que nos antecederam. A maior parte dos lugares de estacionamento ali foi uma intervenção que nos custou bastante dinheiro, naquela zona que é uma zona de praias de grande qualidade onde tem que haver alguma disciplina e regra e qualidade de gestão do espaço, nós até, a maior parte dos espaços até são gratuitos, Senhora Deputada, por isso não façamos aquele discurso fácil de que os senhores deviam isentar tudo aquilo, toda a gente devia ir à praia, com certeza que toda a gente vai à praia e mais acima há lugares, agora os lugares mais próximos da praia esses, a maior parte é gratuita, mas há uma parte que tem que ser taxada porque as boas regras de gestão do espaço público mandam que assim se faça e nós temos uma gestão responsável, nós somos pelo equilíbrio nas nossas decisões, nós atendemos a todos os segmentos da população, nós queremos dar qualidade à gestão dos nossos espaços urbanos sejam eles praias ou zonas de acesso às praias e também queremos ter as políticas de acesso a qualquer um que tenha a vontade de ir seja a que praia for, o estacionamento é gratuito. Se estiver cheio o espaço gratuito que é o maior número de lugares, pode deixar cá mais atrás e pode ir a pé ou de bicicleta para a praia. Portanto, nós estamos a gerir bem aquele espaço, admito que possamos no futuro fazer uma ou outra correção para ainda melhorar a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

gestão daquele espaço.

De seguida foi dada a palavra à Senhora **Vereadora Heloísa Madeira**, para fazer um pequeno esclarecimento relativamente à questão colocada pela Senhora Deputada Bárbara Correia relativamente a um eventual processo de legalização das instalações da ARA, não há processo nenhum, nunca foi remetido, o que está sim em curso é um processo contencioso administrativo de impugnação da decisão de demolição, neste momento não há qualquer possibilidade do nosso ponto de vista de enquadramento e de legalização do que lá está, não quer dizer que no futuro e com as propostas que também estão a ser trabalhadas, isso não possa vir a acontecer, mas atualmente não é possível e por isso mesmo o contencioso administrativo está a seguir e não há processo de legalização nenhum em curso.

De seguida o Senhor **Presidente da Câmara** interveio para responder rapidamente a uma questão que por lapso não tinha respondido ao Senhor Deputado Carlos Martins que diz respeito ao boletim municipal. Ora bem, é uma das obrigações legais dos municípios comunicarem a sua atividade, portanto, nós não estamos a fazer coisa diferente daquilo que sempre fizemos e que todos os executivos têm feito que eu me lembre desde sempre, há sempre o boletim municipal a comunicar a atividade municipal camarária e, portanto, nós também temos. Este boletim mudou de formato, é mais barato e permite imprimir um número maior para chegar às pessoas. É que sabe, nós temos uma dificuldade muito grande hoje em dia, o espaço mediático está saturado de informação, é difícil chegar às pessoas. Trabalhando esta Câmara como trabalha, com tanto trabalho positivo, tanta coisa bem feita, mal seria se nós não cuidássemos de divulgar como deve ser o bom trabalho que a Câmara tem feito. Eu sei que isso é capaz de não agradar a quem está numa luta política, mas a mim compete-me zelar pela informação dos nossos munícipes que têm que saber qual é a atividade da Câmara e se reparar nesses boletins são riquíssimos de informação e tem uma coisa, o Presidente da Câmara não aparece lá em cada página, como aqui há uns anos isso aconteceu, muitas vezes, veja bem que é um boletim muito bem feito, com critérios jornalísticos muito exigentes e que não custa por aí além muito mais dinheiro, em não tenho aqui o dinheiro por isso é que não lhe digo, mas vou-lhe fazer chegar por escrito, vou-lhe fazer chegar qual é o valor investido e não me venha dizer que pelo facto de estarmos em pandemia temos que deixar cair uma série de decisões importantes como é importante a decisão de comunicar a atividade do Executivo Municipal aos seus concidadãos. Não é pelo facto da pandemia que nós iríamos agora deixar de comunicar até para que as pessoas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

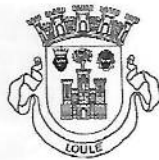
saibam o bom trabalho que temos feito na gestão da pandemia.

De seguida foi dada a palavra à Senhora **Vereadora Marilyn Zacarias**, dirigindo-se ao Senhor Deputado Carlos Martins que relativamente ao absentismo vou-lhe enviar a informação, como é óbvio não tenho essa informação comigo, assim como os trabalhadores que estão em teletrabalho por orientação do Governo estará em teletrabalho quem não tem trabalhos essenciais, obviamente, os serviços também não param e há condições dentro dos serviços e eles estão a fazer de uma forma faseada o seu atendimento. Mas consigo-lhe enviar posteriormente por escrito.--

O Senhor **Presidente da Assembleia**, respondeu que relativamente às atas atrasadas isso era um facto e, portanto, tem a concordância de todos. A resolução do problema ou a utilização de soluções de recurso para resolver o problema é uma decisão da Mesa que é a quem compete com os serviços preparar a ata. Tomamos boa nota da sua opinião, mas essa é uma decisão da Mesa que já a tomou.--

A ordem de trabalhos é extensa, sim, seguimos na ordem de trabalhos aquilo que foi o princípio que acordámos na Comissão Permanente e que teve o apoio de todos os Senhores Deputados presentes que era agendamos os assuntos que houver para agendar, uma vez que vai haver mais uma sessão extraordinária em julho, os assuntos que não puderem ser tratados hoje transitarão para essa sessão.--

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, referindo julgar que este Executivo que se diz tão defensor do ambiente tentasse outras formas de comunicação com os seus munícipes através do formato digital, através das redes sociais, e evitasse gastar papel onde não é necessário gastar papel. Portanto, a propaganda, isto é exatamente estamos em tempo de propaganda e campanha eleitoral e esta revista não acrescenta nada, nada, porque existem uma agenda da Câmara Municipal com uma tiragem de 15.000 exemplares, salvo, erro, ou 10.000, que deveria ser distribuída em formato digital e é portanto a Câmara tudo o que faz, todas as inaugurações são profusamente difundidas na imprensa, todos os munícipes sabem e foi um recado, o Senhor acha que deve gastar o dinheiro do município como bem entende, o Senhor foi eleito, eu sei, mas a oposição tem o direito de criticar a sua atuação, como é lógico, não é? Porque esta revista que está aqui, praticamente, não acrescenta nada, nem valor tão pouco, porque a outra revista, disse que não estava o Senhor Presidente, mas está, como deve ter, como deve estar. Portanto, a minha opinião mantenho, exatamente com vídeos publicitários que ultimamente têm saído na imprensa das freguesias,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

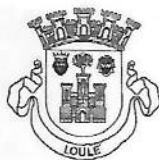
inclusive, alguns vídeos são utilizados na campanha do PS que referem inaugurações da Câmara, também não acho muito correto. Portanto, Senhor Presidente, peço comoção, cautela, porque as coisas não podem ser geridas de qualquer forma.

Passou-se ao ponto seguinte;

5- Moções;

Voto de Pesar pelo falecimento de João Manuel de Sousa Martins, proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PS.

Para a apresentação deste voto, foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Abel Matinhos (PS)**, dizendo que esta é de facto das coisas que mais nos custa fazer, especialmente, alguém que era um amigo de todos nós. João Manuel de Sousa Martins nasceu no concelho de Loulé há 69 anos. Foi desde sempre um livre-pensador e construtor de uma sociedade mais justa, igual e fraterna, tendo na sua juventude ingressado na Liga da Unidade e Ação Revolucionária e foi a partir daí que iniciou o seu combate ao regime fascista do Estado Novo. Recordar a sua participação ativa e militante em diversas associações, bem como um elemento agregador de vontades para estimular o surgimento, o desenvolvimento de movimentos de cidadãos e outros associativismos, com especial relevo de contributos e empenho na Associação 25 de Abril, DOINA - Associação de Imigrantes Romenos e Moldavos do Algarve. A sua militância política levou-o a assumir em 1993 a candidatura a Presidente da Câmara Municipal de Loulé, então pela CDU, mas em 1997 juntou-se ao Partido Socialista tendo sido candidato a Presidente da Junta de Freguesia de Almancil, cujas eleições acabou por vencer, não apenas no ano de 1997 como também nos anos de 2001, 2005 e 2009, tendo depois sido Presidente durante 16 anos, ou seja, desde finais de 1997 até finais de 2013. No ano de 2013 foi eleito Vereador pelo Partido Socialista tendo exercido as suas funções com os Pelouros de Intervenção e Gestão Social, Bombeiros Municipais, Associativismos sociocultural, Transportes e Fiscalização Municipal. Enquanto cidadão atento interessou-se ao mundo particularmente pelos problemas sociais sentidos na Freguesia de Almancil, pelo que juntou a palavra aos atos e com um grupo de cidadãos almancilenses fundou nesta vila em 14 de agosto de 1992 a ASPA - Associação Social Cultural para Almancil, instituição particular de solidariedade social com o objetivo de construir um equipamento social de modo a colocar no terreno as respostas sociais que a freguesia tanto necessitava. Foi o seu primeiro Presidente logo naquele ano de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

1992 e depois de um largo interregno voltou a assumir a presidência da instituição no princípio de 2021, pelo que à data do seu falecimento era Presidente desta IPSS. Como cidadão almancilense que compreendia perfeitamente o mundo que o rodeava, em particular no que se refere à centralidade e à relevância da Freguesia de Almancil, enquanto centro estratégico do destino turístico e da diáspora, dinamizou a realização do primeiro Congresso de Almancil, bem como do primeiro Congresso das Comunidades portuguesas pelo mundo. Empenhou-se também nas causas relacionadas com os direitos dos trabalhadores, tendo sido destacado ativista sindical pelo que integrou durante algum tempo a Direção Nacional do Sindicatos de Trabalhadores da Função Pública Sul e Açores. Com a morte de João Martins perdemos um verdadeiro homem bom que se entregava de corpo e alma às causas sociais e humanitárias, ao desenvolvimento da democracia, da liberdade, mas ficou-nos o exemplo de um homem que lutou pelos ideais em que acreditou e que se empenhou fortemente na prossecução do bem público. Resta-nos perpetuar a sua memória, reconhecendo a sua obra como uma referência, mantendo-a viva através da nossa participação cívica e política. Citando o próprio num texto de cariz partidário, "adeus, tentem não gastar a tua vida a odiar e a ter medo." Desta forma, a Assembleia Municipal de Loulé reunida a 25 de junho de 2021 homenageia o cidadão João Martins fazendo 1 minuto de silêncio em sua memória, manifesta o mais profundo pesar pelo falecimento, apresentando as suas sentidas condolências à família, à ASPA e aos seus amigos mais próximos.-----

Pediu para intervir o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, referindo que antes de falar sobre a moção, nós enviamos um e-mail aos proponentes para que alterassem o texto do primeiro parágrafo que era simplesmente retirar as palavras que diz que a concelhia do PS reuniu no dia 25, acho que não tem lógica, porque a concelhia, a bancada do PS não reúne naquele dia da Assembleia Municipal para decidir isto. E era a introdução de um novo parágrafo, que não sei se foi aceite pelos preponentes, que podia ser colocado por exemplo a seguir ao quinto parágrafo o seguinte texto, "de louvar ainda a sua participação ativa e militante em diversas associações, bem como elemento agregador de vontades para estimular o surgimento e desenvolvimento de movimentos de cidadãos e outros associativismos com especial relevo dos seus contributos e empenho na Associação 25 de Abril e na DOINA - Associação de Imigrantes Romenos e Moldavos do Algarve." Em relação a João Martins, estamos solidários com a moção apresentada pela bancada do PS pelo falecimento de João Martins, pessoa de quem tínhamos muito boas relações de amizade e políticas, muito antes da sua passagem pelo PS, cidadão dedicado a causas sociais e políticas, ao qual a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

comunidade da sua terra lhe deve bastante, Almancil. Partiu mais um lutador pela liberdade, foi mais uma vítima do vírus COVID-19 com apenas 69 anos.-----

O Presidente da Assembleia, interveio para referir que a versão que foi entregue agora subscrita pelos Senhores Deputados do Partido Socialista tem a alteração do primeiro parágrafo e tem o parágrafo que o Senhor Deputado referiu inserido como segundo parágrafo, tal e qual como o Senhor leu agora.-----

Passou-se à votação;-----

Voto de Pesar pelo falecimento de João Manuel de Sousa Martins, proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PS: foi aprovado por unanimidade.-----

Voto de Congratulação apresentado pelo Grupo Municipal do PS pela nomeação de António Guterres para o cargo de Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas.-----

Para a apresentação do voto, foi dada a palavra à Senhora Deputada Maria Esteves (PS), dizendo que é com enorme prazer como portuguesa, desde logo, mas tenho de dizer como socialista que vou apresentar este voto de congratulação pela nomeação de António Guterres para o cargo de Secretário-Geral da organização das Nações Unidas. No passado dia 18 de junho, o Presidente da 75.ª Assembleia Geral das Nações Unidas, Volkan Bozkir, anunciou que António Guterres foi nomeado por aclamação como Secretário-Geral das Nações Unidas para um segundo mandato, com início em 1 de janeiro de 2022 e término em 31 de dezembro de 2026, isto na sequência da adoção por parte dos 193 estados que constituem esta organização, a ONU, da recomendação de 8 de junho do seu Conselho de Segurança. Aos 71 anos, António Manuel de Oliveira Guterres, Deputado da Assembleia da República durante 17 anos entre 1976 e 1993, membro da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa entre 1981 e 1983, onde presidiu à Comissão Democracia das Migrações e Refugiados, Primeiro-Ministro de Portugal no 13.º e 14.º Governos Constitucionais entre 1995 e 2002 e Alto Comissário para os Refugiados da ONU entre 2005 e 2015, cargo que exerceu num contexto extremamente exigente, numa das maiores crises de refugiados durante os conflitos na Síria, no Iraque, no Sudão do Sul, na República Centro Africana e no Iémen. Foi eleito por unanimidade em 2016 como Secretário-Geral da ONU e vê de novo reconhecidas as suas qualidades humana, técnica e política, bem como a sua estatura ética, o seu rigor e o seu comprometimento com um compromisso assumido que sempre o acompanhou,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

nunca mais deixou de colocar as pessoas em primeiro lugar. Pelas suas qualidades humanas, políticas e intelectuais, António Guterres é sem sombra de dúvida uma personalidade particularmente preparada para enfrentar a complexidade dos problemas do mundo atual afirmando-se como um unilateralista empenhado e um português orgulhoso. António Guterres comprometeu-se no seu discurso de posse em servir com humildade, garantir o florescimento da confiança entre as nações, grandes e pequenas, para construir pontes empenhou-se incansavelmente na construção da confiança em defesa dos direitos humanos, da criação de condições para uma recuperação sustentável e inclusiva, tanto no mundo desenvolvido, como o mundo em desenvolvimento com base com princípios humanistas e na defesa de um modelo de organização social norteadas pelos valores da solidariedade, da igualdade de oportunidades e de uma efetiva justiça social, no diálogo e afirmação dos valores da liberdade, do pluralismo, do diálogo e da tolerância, afirmando-se como um construtor de pontes. A Assembleia Municipal de Loulé reunida em 25 de junho de 2021 congratula-se vivamente pela reeleição de António Guterres como Secretário-Geral da organização das Nações Unidas ocorrida no passado 18 de junho de 2021 e solicita que deste voto seja dado conhecimento à Associação de Municípios do Algarve, AMAL, à Associação Nacional de Municípios Portugueses, ANMP, e à própria organização das Nações Unidas, ONU.

Pediu para intervir o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, referindo querer tecer umas palavras sobre António Guterres, o BE através da sua coordenadora Catarina Martins numa reunião ocorrida em 2016 referiu palavras elogiosas sobre a sua candidatura forte e louvou também o seu papel na ONU face à crise dos refugiados. Durante 4 anos de Trump como Presidente dos Estados Unidos, a ONU sofreu o descrédito, graves acusações e constrangimentos financeiros que dificultaram o cumprimento da sua missão no mundo como representante de todas as nações. Felizmente que o longo período dessa noite escura de incertezas terminou, mas infelizmente continuamos hoje como então a assistir à proliferação de campos de refugiados e do aumento quase diário de mortes na travessia do Mediterrâneo, pelo que a nossa opinião não mudou. Concordamos com as suas recentes afirmações proferidas no Parlamento Europeu, após a sua reeleição, solicitando uma ação conjunta para enfrentar desafios globais, como sejam a ação climática, mas em especial o combate à pandemia e o alargamento da vacinação a toda a população mundial particularmente no continente africano. Sem uma resposta global não alcançaremos os objetivos globais sobre a pandemia. O BE está em perfeita consonância com os propósitos desta moção, aliás, já aprovadas em outras Assembleias Municipais com o nosso voto positivo e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

que voltamos a subscrever e a votar favoravelmente a moção nesta Assembleia Municipal.-----

Passou-se à votação;-----

Voto de Congratulação apresentado pelo **Grupo Municipal do PS** pela nomeação de **António Guterres** para o cargo de **Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas**: foi aprovado por unanimidade.-----

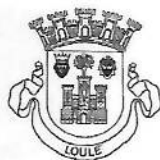
Passou-se ao ponto seguinte;-----

6- Período da Ordem do Dia:-----

a)- **Apreciação da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Loulé, acerca da Atividade Municipal, e da Situação Financeira do Município**, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;-----

Para a apresentação deste ponto, foi dada a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, referindo que atendendo que hoje temos uma ordem do dia com matéria muito importante, matéria financeira e de gestão do orçamento, eu iria a exemplo do que fiz noutras sessões da nossa Assembleia Municipal colocar-me à disposição dos Senhores Deputados para responder a alguma questão em concreto e hoje não apresentaria aquela apresentação que faço habitualmente ficando obviamente à vossa disposição.-----

Pedi para intervir o **Senhor Deputado José David (PS)**, para fazer algumas observações respeitantes a este documento da atividade municipal e da situação financeira do município. Não me vou alongar muito nestes assuntos, mas vou fazer algumas referências. Começaria por referir uma inauguração que aconteceu há poucas semanas na Freguesia de São Sebastião, no Monte Seco, onde foi inaugurado o sistema de saneamento básico nessa localidade. A população beneficia de uma rede de água e esgotos que corresponde às necessidades básicas do seu quotidiano. Trata-se de uma infraestrutura que muito contribuirá para o bem-estar das populações que ali residem e para o desenvolvimento do interior do concelho. Parabéns ao Executivo da Câmara Municipal por mais esta obra que tanto vai beneficiar as populações ali residentes e que no futuro poderão ali também optar por residir.-----

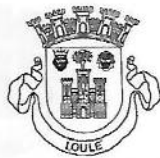


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Em relação à informação financeira também vou fazer algumas referências. Em termos gerais a situação da Câmara Municipal é uma boa situação que nós podemos verificar nomeadamente em termos do crescimento das receitas verificadas pela Câmara, nomeadamente, eu sublinharia o caso da rubrica do IMT onde temos um acréscimo de 12% passando de 19.417.257,40€ para um valor de 21.731.260,78€. Portanto, este indicador do IMT considero que é um indicador muito relevante pois temos o facto do nosso município continuar a ser muito apetecível para concretizar o investimento em período particularmente difícil pelos constrangimentos provocados pela pandemia. Não posso deixar de fazer referência ao que muitas vezes foi apresentado pela oposição de que a intervenção do Executivo afasta investidores do concelho, pois os números espelham uma realidade bastante diversa em que a moderação e contenção das opções tomadas são um fator de confiança e da atratividade de quem quer viver e investir num concelho com qualidade.-----

O documento é de maio de 2020 a maio de 2021, estamos a comparar este período, em relação à despesa, a despesa nestes períodos homólogos de maio de 2020 a maio de 2021 também tem um valor com 42.299.602,08€ e em maio de 2021 passamos a ter uma despesa total de 45.957.103,00€, o que traduz, então, um aumento da despesa. Este aumento da despesa podia à partida ser considerado um mal para o Município, mas esta evolução, este aumento fica-se a dever em parte à aquisição de bens de capital, que passa de maio de 2020 para maio de 2021 em que nós temos neste período homólogo, em maio de 2020 temos então um valor de 7.852.618,35€ e em maio de 2021 passamos a ter um valor de 12.756.362,59€, portanto, temos aqui um acréscimo na aquisição de bens de capital de cerca de 5.000.000,00€, mais corretamente, 4.902.794,14€. Este aumento da despesa tem uma repercussão muito positiva futuramente no concelho. Também queria referir neste documento um aspeto que também considero muito relevante que é em relação à dívida orçamental. Comparando estes 2 períodos homólogos de maio de 2020 e maio de 2021, a dívida orçamental tinha então um valor de 19.241.433,69€ e passou para um valor de 15.590.347,52€, portanto, tem um decréscimo neste período de 3.651.000,96€, portanto, neste caso uma ação por parte do Executivo que demonstra uma gestão adequada dos dinheiros públicos e que se traduz na saúde financeira do município.-----

Para terminar vou colocar 2 questões ao município e que tem a ver com 2 aspetos. A primeira prende-se com a evolução da rubrica de transferências de capital no quadro de execução orçamental da receita, portanto, de onde se passa um valor de 598.133,30€ para um valor de 3.533.310,25€. O que pergunto ao Executivo é a que se deve tão significativo aumento? A outra questão também tem a ver com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

uma rubrica que já pela sua própria designação é "Outros", portanto, coloca algumas questões, Outros/ Edifícios, o detalhe do investimento que tem uma alteração muito significativa pois passa de um valor de 369.423,05€ para um valor de 2.096.534,59€. Qual a razão de tão grande evolução?-----

Pediu para intervir o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, referindo que não era para intervir, mas sendo que o Partido Socialista faz questão de enaltecer os números também quero lembrar algumas notas de rodapé que também devemos denunciar. Se bem que a Câmara Municipal de Loulé tem um percurso económico, digamos, estável, atendendo ao valor da receita que subiu de forma, eu diria, estonteante, basta pegar na demonstração dos resultados e analisar que a composição da receita especialmente até impostos tem subido de forma drástica na ordem dos 5.000.000,00€ neste momento onde em 2014 a receita andava à volta de cerca de 60.000.000,00€. Portanto, por um lado temos uma receita fabulosa, o que permite que o Município tenha a capacidade de poder de se endividar não só através de empréstimos, mas também fazer contrair empréstimos, mas também fazer obra, mas por outro lado também temos um resultado líquido que não reflete claramente aquilo que é a receita. Porque com o resultado com uns proveitos superiores e com a despesa controlada teríamos que ter um resultado líquido mais favorável e que não é o que acontece. Se nós pegamos no resultado líquido e começamos a ver a partir de 2014 temos 21,6 milhões de euros quando os Senhores entraram na Câmara Municipal, no ano seguinte fruto da trajetória que levava do Executivo anterior passou para 23,9 milhões de euros, no ano de 2016 passou para 24 milhões de euros, no ano de 2017 baixou para 16,6 milhões de euros, no ano de 2018 baixou para 11,7 milhões de euros, no ano de 2019 baixou para 11,2 milhões de euros e neste momento no ano de 2020 os Senhores tiveram um resultado líquido no exercício na ordem dos 3.000.000,00€. Quer dizer que o Senhor passa de 2014 de um resultado de 21.000.000,00€ para 3.000.000,00€ de resultado líquido, que é na realidade assustador, diria eu, assustador. Sendo que por um lado o Senhor tem maiores proveitos, por outro lado tem um resultado líquido menor. É justamente nisso, Senhor Presidente, que acabamos por coincidir, é justamente nisso. É que não vemos obras, o Senhor pode ter feito alguma coisa que o Senhor acha bastante relevante, mas quando comparamos, por exemplo, com o Executivo anterior é algo de monta que o Senhor fica a léguas daquilo que fizemos em termos de imobiliário urbano, em termos de escolas, em termos de infraestruturas, redes de saneamento básico. O Senhor pode ter feito alguma coisa, digamos que este último ano de 2020 e 2021 de investimentos de capital, que nós o reconhecemos e nunca o vamos criticar por isso porque achamos que o Senhor está na trajetória



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

correta, embora nos primeiros 6 anos, ou 5 anos, não fez nada, mas nos últimos 2 anos o Senhor tem feito alguma coisa quanto às despesas de capital e isso temos que lhe tirar o chapéu, perdoe-me a expressão. Mas o facto de que o Senhor além dos proveitos menores, entra num despesismo muito grande, aquilo que nós chamamos a trajetória errada. Eu já alertei várias vezes sobre esta questão, o Senhor faz questão de ser um apanágio seu, embora na última Assembleia tenha encarado a oposição que criticava nesta questão é a questão do aumento do pessoal. O Senhor tem neste momento, em 2014 quando o Senhor entrou na Câmara Municipal de Loulé tinha 1560 funcionários, neste momento tem 1940 e vamos recrutar mais 200 ou 190 que vai passar para 2090 funcionários, 2020, creio eu, pelo menos é o que está no relatório, poderei falhar no número decimal do número. Eu digo-lhe exatamente os números. Entramos em 2013 com 1570, no final de 2020 acabamos com 1940, crescemos 370 funcionários. O custo de pessoal em 2013 era 25,8 milhões de euros, acabamos em 2020 com 34,8 milhões de euros, o que significa 10.000.000,00€ em pessoal. Este é um problema, mas nós não estamos contra o pessoal, nós não estamos contra o pessoal, pelo contrário, achamos que a Câmara Municipal de Loulé tem que se precaver e tem que se desenvolver com funcionários melhores. O facto é que voltamos àquela memória que eu lhe disse, conjugar a eficácia com a eficiência, o Senhor gasta com funcionários, mas depois a eficiência não aparece porque as reclamações relativamente aos projetos, relativamente à obra é abundante. Portanto, o Senhor está a querer ser eficaz, mas não é eficiente. Gasta o dinheiro, mas depois aparece o resultado líquido, justamente. Investimento há pouco, proveitos muitos, mas gastos de forma aleatória. Eu diria que provavelmente isto será que o Senhor Presidente da Câmara reconhece dos seus próprios cartazes que as pessoas são o fator mais importante e que faça da sua campanha um cavalo de batalha, dizer que as pessoas é que são importantes. Mas nós temos que ter alguma cautela quanto aos gastos dos dinheiros públicos, queremos que esta Câmara seja competitiva, seja bastante facilitadora do desenvolvimento económico, através do Departamento do Urbanismo, que deve facilitar, deve promover os investimentos, o facto de é que devemos, como temos dito de algum tempo atrás, é que os investidores fogem de Loulé, fogem de Loulé porque não há facilitismo em vir para este município investir, obviamente, pelos problemas que nós temos na Câmara Municipal de Loulé. Por isso é que eu digo que não é por causa do pessoal que estamos a ser competitivos, estamos na realidade a gastar mal o dinheiro com o pessoal porque muita da gente está encostado debaixo de um vão de escada. E esta é a verdade que nós queremos lhe dizer, Senhor Presidente, tenha cuidado com o dinheiro que gasta, o dinheiro é um recurso que não é abundante, é um recurso público e não o pode gastar da forma aleatória e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

política como o Senhor utiliza.-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, referindo querer destacar algumas coisas deste Relatório que merecem ser destacadas e algumas valorizadas porque é assim que estamos na política. Para já achamos que o Plano de Vacinação em curso no concelho e as disponibilidades dispensadas pelo Município no apoio ao SNS com cedência de instalações e garantindo pessoal de apoio e segurança tem sido um sucesso. Finalmente, concordamos com o avanço no Plano de Energias Renováveis e na Eficiência Energética tanto em edifícios municipais, assim como nas instalações das IPSS, tal e qual como nós propusemos em sede de contributos para o orçamento. Também estamos satisfeitos porque finalmente este ano a Câmara olhar para o problema da habitação como deve ser e adquiriu determinadas casas, já distribuiu chaves para famílias e segundo as contas já gastou até maio cerca de 2.000.000,00€ na aquisição de casas. Também ficamos satisfeitos por finalmente a Câmara ter tomado o início ao procedimento para a construção de uma nova creche em Quarteira. Há muito tempo que vínhamos aqui proposto, contrariamente a alguns elementos da bancada do Partido Socialista que achavam que não havia necessidade de creches, estava errada no planeamento e isto custou muito a este Município.-----

Outra questão em termos das contas, achamos que contrariamente ao que o Senhor representante do PSD falou aqui, eu acho que os investidores não estão a abandonar o concelho e o IMT se calhar é uma prova de que a subida do IMT e das receitas dos impostos diretos é uma prova realmente que as pessoas acreditam neste concelho e nas potencialidades deste concelho. Se calhar têm que ser melhor tratadas, é certo, mas acreditam. Pois, realmente, as contas só estamos em maio e tanto o IMI segue a trajetória normal, o IMT, felizmente, recebemos mais 3.000.000,00€, o que é bastante bom, quanto ao resto as despesas correntes com o pessoal subiram muito, é certo, talvez seja porque foram admitidas pessoas, justifica-se a admissão das pessoas, no entanto, achamos que esta estrutura da Câmara começa a ficar talvez um bocado pesada e que merecia uma reflexão e um planeamento de recursos humanos a tempo porque também é notório que uma grande percentagem dos trabalhadores desta Câmara têm 60 anos ou mais e convém, realmente, apostar-se na renovação com valorização das categorias profissionais motivando todo os trabalhadores e incentivando-os para a causa pública.-----

Para responder, foi dada a palavra ao Senhor **Vice-Presidente, Pedro Pimpão**, sobre as questões, em primeiro lugar, ao Deputado José David, e Professor, e dizer que é assim que se faz também intervenção porque, penso eu, que foi a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

primeira vez que o Senhor Deputado José David interveio nesta Assembleia e, portanto, é importante em democracia e nos órgãos eleitos todos intervirem e não deixarmos a 2 ou a 3, só nos casos em que os grupos políticos sejam, enfim, 1 ou 2, mas é importante, queria louvar isso mesmo.-----

Referente às questões que foram colocadas relativamente à trajetória daquilo que é execução orçamental, como disse o Deputado Carlos Martins, são os primeiros 5 meses, mas dá-nos um sinal de 2 perspetivas. Um sinal de que a receita e, nomeadamente, aquilo que tem a ver e que acabou por referir na última intervenção, a receita que o IMT tem a ver não só com esta capacidade do ponto de vista do concelho de Loulé atrair riqueza do ponto de vista de investimento, mas tem também substancialmente a ver, e isso será apresentado na alínea b) do inventário, com a atratividade fiscal que há mais de 6 anos está em vigor neste concelho. Por isso também tem consequências, embora não sejam totais, mas tem consequências também nestes resultados.-----

Em relação a essa parte da receita e respondendo ao Senhor Deputado José David, a transferência de capital, é importante referir aqui, passam de cerca de 500.000,00€ para 3.500.000,00€, portanto, é um aumento de 3.000.000,00€ e tem a ver substancialmente com 2 intervenções por parte deste Município. Um tem a ver com aquilo que é a estratégia local de habitação e, portanto, nós aqui estamos a receber já um montante próximo de 800.000,00€ referente ao Primeiro Direito, e isto entra aqui em transferências de capital e vai-se começar a ver sistematicamente este valor aqui dentro desta rubrica e, portanto, é um fator bastante importante e é aquilo que vai aumentar quer ao nível do que são as transferências do Orçamento do Estado, quer vai ser a implementação do PRR que também via Orçamento do Estado e vai começar a integrar aqui à medida de que o Município de Loulé executa esta estratégia local de habitação. A outra parte tem a ver com majorações com os próprios programas operacionais do Algarve que têm estado particularmente atentos ao Município de Loulé, nós temos uma obra em curso praticamente finalizada que tem uma majoração de mais de e estão aqui incluídos cerca de 2.600.000,00€ da Escola de D. Dinis e, portanto, a Escola de D. Dinis tem uma comparticipação daquilo que é um investimento por parte do Município e por isso também entra aqui nesta parte da rubrica. Em relação à parte relacionada com a despesa e peço desculpa ao Senhor Deputado Mário Botelho, mas irei responder às questões da alínea b) porque os quadros que referiu são da alínea b) e à sua evolução e irei responder nessa circunstância porque é importante ver a evolução na prestação de contas até 31 de dezembro de 2020. Mas referindo aqui mesmo no detalhe do investimento é importante ressaltar aqui 2 aspetos. Um é de facto um aumento brutal no bom sentido do investimento, nós estamos a falar de cerca de 7.000.000,00€ para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

11.000.000,00€, como foi referido pelo Senhor Deputado José David e muito tem a ver com aquilo que foi o aumento que está referido naquela rubrica dos Outros, que tão bem questionou, e que refere aquilo de que o investimento do Município de Loulé não é só alcatrão, como muitas vezes é referido. Há aqui investimento substancial nestes 2.000.000,00€ que tem a ver com o início da construção do Pavilhão de Almancil, que tem a ver com a renovação e reabilitação da Igreja Matriz de Loulé, que tem a ver com um edifício também intervenção por parte do Município de Loulé naquilo que é investimentos de cariz regional e nacional que é o CIRP e tem a ver com um conjunto de aquisições e reabilitações de habitações na estratégia local de habitação, tal como a outra parte que tem a ver com a intervenção dos banhos islâmicos naquilo que é uma estratégia da Câmara Municipal de Loulé e do Senhor Presidente da Câmara em tornar Loulé e a cidade de Loulé num destino ao nível da cultura, ao nível do turismo cultural, mas também criativo através destas intervenções múltiplas.-----

Aquilo que tem a ver, nomeadamente, com o crescimento do pessoal e é importante referir aqui o crescimento do pessoal embora podemos depois ver aqui ao detalhe na Prestação de Contas, mas tem a ver essencialmente com uma questão particular e que o Deputado Carlos Martins de certa forma até referenciou. É que a maior parte das pessoas, derivado da pandemia, acabaram por entrar praticamente ao mesmo tempo no segundo semestre de 2020 e, portanto, teve um impacto orçamental grande com quando forem ver a relação com 2019 e 2020 praticamente não houve admissão de pessoal. E, portanto, tem a ver quer com os atrasos quer na contratação e depois quer no início da pandemia e, por isso, essas pessoas acabaram por entrar um pouco mais tarde com impacto orçamental relevante. Também tem aqui a ver com outra situação que é a inclusão do mapa de pessoal dos Centros de Saúde nomeadamente relacionado com a descentralização na área da saúde e, portanto, esta parte também tem impacto bastante referenciado, mas essencialmente aquilo que é preciso sublinhar aqui é o impacto sistemático que tem a ver com uma política nacional e tem um impacto ao nível da administração local e ao nível de uma Câmara Municipal, e vou terminar, que é o aumento sistemático do salário mínimo nacional. E, portanto, este aumento que pese embora nas contas entra no bolso das pessoas e na sua qualidade de vida em relação ao custo de vida que cada vez é maior e por isso esta é uma boa notícia naquilo que vai ser a evolução do salário mínimo nacional que claramente tem sempre impacto no orçamento como da Câmara Municipal e ao nível dos seus funcionários. E por isso aquilo que temos a dizer é que estamos a acompanhar sempre de perto, como temos sempre referido, o IMT tem nos dado uma lição daquilo que são as suas evoluções, neste momento é com uma pandemia e nunca houve uma pandemia e agora estamos a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

assistir aquilo que provavelmente poderia ser uma quebra, mas está a responder-se num crescimento e, por isso, é que de alguma forma trazemos depois mais à frente a revisão orçamental que tem a ver com isso mesmo.-----

Foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, que referiu estar impedido de participar na discussão e votação da alínea b).-----

b)- **Proposta 34/2021- Deliberação relativa à Aprovação do Inventário de Todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva avaliação do ano de 2020 e Documentos de Prestação de Contas para 2020**, de acordo com o disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º e alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; [**Proposta da Câmara Municipal n.º 797-2021 e 887-2021**] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

Para a apresentação deste ponto, foi dada a palavra ao Senhor **Vice-Presidente, Pedro Pimpão**, referindo que vai apenas apresentar este slide, portanto, ele vai ficar ali, eu vou explicá-lo todo de uma forma olhando para o primeiro gráfico e depois para o segundo gráfico que no caso do Executivo Municipal é aquilo que consideramos mais relevante, por assim dizer, porque havia muita coisa a dizer, como diz o Senhor Presidente da Câmara, na informação anterior municipal e no dia-a-dia, mas das contas e da prestação de contas até 31 de dezembro de 2020 é para nós o aspeto mais relevante. E vou aproveitando, de certa forma, para também ir respondendo às questões do Deputado Mário Botelho que foi questionando também com as evoluções que estão exatamente ali. Eu começaria pela primeira e alargando a primeira situação do valor da despesa e do valor da receita, eu entrava diretamente numa discussão que deve ser mais valorizada nesta casa da Assembleia Municipal, que é quer no gráfico de cima, quer no gráfico de baixo, temos a evolução dos últimos 10 anos e é importante utilizar sempre estes 10 anos, podiam ser utilizados 15, 20, 30, mas os 10 anos são sempre relevantes porque há muitas circunstâncias que também mudam. E, por isso, temos, por exemplo, o número de trabalhadores, temos os anos 2011 a 2020 no eixo das abscissas, o eixo horizontal, e no eixo vertical temos o número de trabalhadores. E, de facto, há uma evolução positiva em que há um salto, como se tinha referido mais atrás, há um salto de 2019 para 2020, mas podem reparar que de 2018 a 2019 o saldo foi apenas de 6 trabalhadores. E, portanto, estes 6 trabalhadores se formos ver a Prestação de Contas de 2018 e a Prestação de Contas de 2019 tem a ver essencialmente com perdas de trabalhadores ao nível da carreira operacional, ou seja, de assistentes operacionais e que elas necessariamente foram bastante reforçadas ao nível daquilo que é o ano de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

2020. Ao acontecer isso, mesmo assim aquilo que o Senhor Deputado Carlos Martins falou, e muito bem, os trabalhadores que estão com 60 ou mais anos e que são aqueles que sistematicamente trabalham na rua e que têm maiores dificuldades em exercer esse trabalho necessariamente temos que substituí-los não quando se reformam, mas perto dessa mesma reforma. E, por isso, fazemos isso com consciência e fazemos isso também com convicção de que este trabalho através de trabalhadores autárquicos direto principalmente nas ruas e principalmente num trabalho com contacto com a população é melhor feito diretamente do que através de empresas externas, bem sabemos que ainda existe, mas o caminho é tendencialmente para serviços diretos, mas haverá sempre serviços que teremos de recorrer externamente porque nem tudo é perfeito quer ao nível autárquico direto, quer ao nível empresarial. Depois há outro aspeto relevante, que aliás está nesse quadrado, que é o investimento. Investimento a 31 de dezembro de 2020 totaliza 32,5 milhões de euros. Este é um valor, que como vêem, que nos últimos 10 anos nunca foi atingido, é verdade que foi atingido no passado, mais atrás, mas só estamos a nos referir a esta janela temporal destes 10 anos e, portanto, estamos com um crescimento bastante acentuado e como podem reparar na informação financeira de 2021 que analisamos no ponto anterior aquilo que foi os 12.000.000,00€ a 31 de maio de 2021 já ultrapassa todo o ano de 2016 e, portanto, estamos com uma trajetória de investimento que vai ultrapassar muito mais daquele que foi o crescimento de 2019 para 2020 e, portanto, 2021 será muito maior naquilo que será o seu crescimento. Queria chamar a particularidade, é por isso é que está a vermelho, mas não é vermelho a sinalizar que é mau, é vermelho porque é para relevar, que é o saldo transitado de 2020 para 2021, isto é importante referir. A 31 de dezembro de 2020 a Câmara Municipal de Loulé, o Município de Loulé encerrou as suas contas com um saldo em termos de disponibilidades orçamentais e tudo aquilo que nós devemos olhar quer para as disponibilidades orçamentais daquilo que efetivamente está disponível em termos para a capacidade, neste caso, para a estratégia da atual Câmara Municipal é que o saldo transitado seja maioritariamente utilizado para investimento, aliás, em cerca de 85-90% é para investimento e, portanto, aquilo que nós estamos a dizer também é que fechamos o ano com 48.000.000,00€ a 31 de dezembro de 2020 e referir aqui uma situação que é importante, que por acaso não foi colocada aqui, mas é que na história do Município de Loulé não encontramos registo de que alguma vez a Câmara Municipal e o Município de Loulé fechasse as suas contas com mais de 100.000.000,00€ no banco. Aliás, as disponibilidades orçamentais máximas que foram atingidas nestes 2 ciclos eleitorais liderados pelo Presidente da Câmara Vítor Aleixo atingiram no máximo, em 2017, 74.000.000,00€ em disponibilidades



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

orçamentais. Portanto, ainda tentamos encontrar, mas não chegamos a encontrar mais 26.000.000,00€ para conseguir atingir os 100.000.000,00€ a preços de hoje porque o cartaz está a preços de hoje e, portanto, tentar que se conseguiria, mas aí não. Portanto, é importante esclarecer uma informação clara, fidedigna, factual, está também no Relatório do Revisor Oficial de Contas o saldo transitado do Município de Loulé foi de 48.000.000,00€ em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao gráfico de baixo, que é também a parte relevante, é, e vou explicar, em baixo temos também um horizonte temporal de 10 anos, portanto, em baixo as abscissas horizontal são 10 anos e do lado esquerdo, a vertical, são em termos de euros, portanto, temos aí em euros a sua evolução. Portanto, as barras a azul são a dívida total, esse tracinho que vamos vendo primeiro a laranja, depois a rosa, que são os mandatos, enfim, quem estava a liderar o Município são o passivo exigível e depois temos estas 2 linhas, uma vermelha e outra azul, a azul é a capacidade de endividamento e a vermelho é aquilo que a Câmara Municipal de Loulé poderia atingir segundo a legislação em termos de teto máximo de endividamento, o que é uma situação extraordinária porque só para vocês terem uma noção, a capacidade de endividamento, ou seja, o endividamento atual da Câmara Municipal de Loulé a 31 de dezembro de 2020 é de 12,7%, portanto, só para perceber em termos de taxa de esforço, por assim dizer, é de 12,7% em termos daquilo que a Câmara Municipal de Loulé tem e que é bastante saudável e que nos dá garantias de que temos capacidade e saúde para continuar a fazer o investimento e continuar a apostar também na formação de pessoal e em termos técnicos. Aquilo que temos é 18.000.000,00€ de endividamento, portanto, equivale a 12,7% e temos uma capacidade de endividamento, um teto máximo de endividamento, para que os Senhores Deputados saibam, o Município de Loulé atualmente tem neste momento um teto máximo de endividamento permitido por lei de 156.000.000,00€, portanto, este é o teto máximo que se podia atingir, mas claro aí estaríamos numa situação um pouco aflitiva, mas de qualquer forma é a situação que podíamos atingir. Portanto, de 18.000.000,00€ para 156.000.000,00€ é uma parte bastante substancial. De referir e é importante, o passivo do Município de Loulé, e isto não é uma situação negativa para o PS ou para o PSD, é importante referir que o Município de Loulé ganha no seu todo, na sua imagem externa e na sua imagem, também, interna de orgulho para com a população louletana, mas também sinal para que os investidores venham para este município, para este concelho investir porque a sua entidade pública gere bem o seu território e gere bem as suas contas e é orgulho para todos descer um passivo exigível de 104.000.000,00€ para próximo de 20.000.000,00€, é uma descida de 68% no passivo e é a uma descida de 81% no endividamento. Com uma competitividade fiscal, como diz ali, atrativa do ponto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

de vista dos impostos todos no seu mínimo há 6 anos, sendo que há cerca de 4 descemos o último, que foi o IRS, é de facto substancial porque estamos com capacidades de endividamento nos seus mínimos e estamos com um investimento a acelerar e, portanto, mantendo o equilíbrio orçamental e mantendo o equilíbrio financeiro que é aquilo que queremos e que não comprometa as gerações futuras. Era esta apresentação-resumo que vos queria dar dos aspetos mais relevantes e que depois pode ser divulgado se os Senhores Deputados entenderem e se assim o quiserem.-----

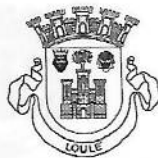
Pedi para intervir o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, agradecendo ao Senhor Vice-Presidente a explicação que nos deu relativamente às contas da Câmara, enalteceu alguns fatores, esqueceu-se de outros como é habitual e não faria obviamente jus à sua presença e à competência que o Senhor tem como Vice-Presidente da Câmara. Bom, o quadro está ali, investimento 32,5 milhões de euros, mas temos também que andar um pouco para trás. Se é certo que eu tenho que agradecer e enaltecer o facto de chegarmos aos 32,5 milhões de euros também tenho que dizer ao Senhor Presidente da Câmara e ao Senhor Vice-Presidente que se esqueceram dos últimos anos que andamos aqui a marcar passo com fluxo de dinheiro brutal na ordem dos 150.000.000,00€ e ao Senhor posso-lhe até avivar a memória do Senhor Presidente e do Senhor Vice-Presidente, se eu conseguir reduzir isto aqui, vamos às despesas de capital e concretamente ao investimento, aquilo que está lá em cima. O Senhor em 2014, primeiro ano do seu mandato, gastou 15.000.000,00€, 15.000.000,00€, quando em 2009 o Executivo liderado pelo Seruca Emídio gastou 40.000.000,00€. O Senhor em 2014 gastou 15.000.000,00€ quando nós em 2009 tínhamos gasto 40.000.000,00€. Ano seguinte, 15.000.000,00€, ano seguinte 11.000.000,00€, ano seguinte, 2017, 14.000.000,00€, ano seguinte, 2018, 19.000.000,00€, ano seguinte, 2019, finalmente, conseguiu investir 28.000.000,00€. Quando a média de investimento feito pelo Executivo do Seruca Emídio ronda os 33.000.000,00€. Portanto, se eu tenho congratulado o Senhor Presidente e a este Executivo e obviamente todo o Executivo, relativamente o investimento que fazem neste momento no ano de 2020 temos também que rever que na realidade a coisa não correu bem. Se na realidade estamos numa boa trajetória, o facto é que descuramos 6 anos de mandato, praticamente, com investimento nulo. E nós alertamos aqui muitas vezes, falta de habitação, falta de infraestruturas, falta de escolas, falta de creches. Quando apesar da vossa indignação relativamente à questão que nós colocaríamos nunca haveria falta de escolas, nunca haveria falta de creches, nunca haveria falta de habitação social, não havia falta de ruas, os Senhores acabaram por nos dar razão, acabaram por construir escolas, acabaram por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

tentar construir habitação social, obviamente com custos controlados, portanto, acabaram por nos dar pouco a pouco razão aquilo que nós tínhamos dito. Portanto, enaltecer o investimento de 35.000.000,00€, rever que os números que eu disse estão ali, o investimento, o número de trabalhadores passou de 2014, na altura que o Senhor Presidente pegou no seu Executivo de 1570 para 1940 funcionários, está lá, é um custo elevadíssimo, o que de alguma forma poderá ser uma estratégia vossa aquilo que são as competências e os objetivos da Câmara, não deixa de ser um valor avultado de despesa com o pessoal. E é isso que nós alertamos que o dinheiro também não poderá ser de forma aleatória gasto em função do critério deste Executivo ou de outro Executivo.-----

De seguida foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, dizendo que a nossa análise a este documento de prestação de contas há um primeiro ponto que é quando discutíamos em 2019 o orçamento e as opções para 2020 ninguém pensava que um novo coronavírus, o COVID, iria surgir no princípio do ano com as consequências que todos conhecemos e com especial incidência na saúde e na liberdade das pessoas pondo em causa a capacidade de resposta do Serviço Nacional de Saúde e seus profissionais, na economia do país e local, no aumento do desemprego e da precariedade laboral e nas dificuldades acrescidas para as empresas. Reconhecemos que uma parte da gestão municipal esteve condicionada e envolvida na prevenção, combate e mitigação da evolução da pandemia, foram tomadas inúmeras medidas em termos de saúde pública, apoios às famílias e às empresas, julgamos que, no entanto, atendendo à complicada situação para as famílias carenciadas e, especialmente, nas mais afetadas nesta crise sanitária, assim como para as empresas que a Câmara poderia ter ido mais longe de acordo com a sua situação financeira, que todos sabem e agora revimos era e é ótima. Também já vimos que a grande maioria dos funcionários foram dispensados dos serviços, muitos poucos poderão dar contributo de trabalho através de regime de teletrabalho por falta de ferramentas informáticas ou por falta de orientações. Durante o debate do orçamento, advertimos que o orçamento superior a 160.000.000,00€, após inclusão das reservas, que as opções de investimento nele vertidas eram manifestamente insuficientes para dar resposta à emergência habitacional existentes, portanto, em 2020 nem os casos mais urgentes foram resolvidos, no aumento da rede municipal de equipamentos sociais, o número de vagas disponibilizadas não existem, e nenhuma obra foi iniciada e numa atitude proativa para minimizar as alterações climáticas apostando na energia renovável e na eficiência energética, promoveram muitas reuniões e propaganda, prometeram muito, mas em concreto quase nada foi apresentado. Estamos a falar de 2020. As necessidades básicas das populações



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

de saneamento de água e a Circular de Loulé continuam adiadas. O trânsito da cidade de Loulé é um caos, especialmente, à tarde, final do dia, no regresso a casa e as viaturas pesadas continuam a circular na zona urbana prejudicando o ambiente e a qualidade de vida dos moradores. O incentivo ao uso da bicicleta, apesar de apregoado, continua por fazer as ditas ciclovias. Para não falar da mobilidade dos transportes públicos, continuando o centro da cidade a ser atravessado todos os dias por centenas de automóveis poluindo o ambiente e afastando as pessoas do comércio local. Os investimentos previstos eram avultados e tínhamos razão quando afirmávamos que muitos deles não seriam iniciados e muito menos concluídos, tendo em conta a incapacidade demonstrada pelos serviços técnicos, na indefinição de uma estratégia global e na inexistência de um planeamento atempado para o concelho por parte da liderança política, apesar das dificuldades causadas pela pandemia para a melhoria das atividades do concelho não é desculpa tão pouca produtividade já que convém relembrar que o setor da construção e obras em geral nunca esteve condicionada pelos confinamentos. Não votamos a favor do Orçamento para 2020 e também não iremos votar a favor da Prestação de Contas. Por aquilo que afirmamos durante o debate para o orçamento e mais por se tratar do sétimo ano do segundo mandato do Partido Socialista cujas receitas ultrapassaram os 800.000,00€ no período de 2013-2020, com o aumento exagerado do organigrama camarário, com muitas mais chefias e diretores, com 1940 funcionários, mais 220 que em 2018, não incluindo os funcionários das empresas municipais. O Executivo Municipal tinha por obrigação apresentar muito mais trabalho e obra feita particularmente nas áreas prioritárias, na construção de habitação de oferta pública, na reabilitação urbana, no arrendamento apoiado, na construção de escolas e creches, lares e centros de dia, no fecho da Circular de Loulé, assim como terem concluído a revisão do PDM conforme compromisso do seu programa eleitoral. Como sabem, este PDM foi aprovado em 1995 e por diversas razões deveria ter sido revisto há mais muito tempo e atualizado de acordo com a nova realidade demográfica, social e económica do Município.-----

Foi dada a palavra ao Senhor **Vice-Presidente, Pedro Pimpão**, que respondeu ao Senhor Deputado Mário Botelho, esqueci-me de responder a uma parte que é o resultado líquido do exercício, como sabem as Câmaras Municipais estão ao abrigo também deste cálculo, sendo que vale o que vale, mas com a alteração do sistema contabilístico, aquilo que era um método de cálculo em relação ao resultado líquido do exercício ficou muito mais abaixo com este SNC-AP do que aquele que era suposto ser, muito embora ele iria diminuir, atenção, portanto só não ia diminuir tanto como também não diminuiu praticamente nada entre 2018 e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

2019, como bem referiu. E, portanto, era dar essa nota porque como podem ver no próprio documento do Revisor Oficial de Contas esta transformação foi em todas as Câmaras Municipais e também todas as Autarquias Locais que é a alteração do sistema POCAL para o sistema SNC-AP e isso fez alterar uma quantidade de indicadores que, aliás, até podem verificar nos indicadores financeiros não faz qualquer lógica aquela forma de resultado. Portanto, há indicadores que devemos estar atentos, outros que não estamos, aquilo que nós estamos atentos sempre dentro de uma lógica pública é aquilo que é o equilíbrio entre as receitas e as despesas independentemente do resultado líquido do exercício embora ele depende de várias variáveis, mas para nós é mais importante toda a execução que vamos tendo. Há uma parte aqui importante de referir que nós fizemos um esforço de ser rigorosos, mas também ser não digo simpáticos, mas generosos de pormos só um horizonte temporal até 2011 e não quisemos ir para 2009 porque se fossemos colocar 2009 há de facto uma execução que não relembra a ninguém, nem deve lembrar a ninguém, que foi a diferença, um défice substancial entre a receita e a despesa e, portanto, estamos a falar de umas dezenas de milhões de euros que não vale a pena referir aqui. E, portanto, quisemos fazer de uma forma muito séria um horizonte temporal de 10 anos, é por isso que referi logo de início que não quisemos andar aqui com 15, 20 anos que achamos que também não estamos aqui para fazer esse exercício. Achamos que estamos a fazer um exercício para o município, para o concelho e é isso que deve estar subjacente nestas contas.-----

Em relação ao Deputado Carlos Martins, há aqui uma parte importante que é a evolução que está naquele quadro que começamos a iniciar em 2014 que tem os dados de 2014 que é o quadro referente ao apoio às famílias em termos sociais e há um crescimento bastante elevado na parte social que está referenciado na página 25 do Relatório de Gestão e, portanto, não vale a pena estar aqui a referir, mas há um aumento que é derivado dos impactos da pandemia e, portanto, o apoio social é relevante. Ele no quadro geral baixa, mas isso tem a ver com o encerramento das escolas e deixou de haver, por assim dizer, tanta despesa relacionada com a Escola naquele período e, portanto, também é importante dizer isso. Dizer só o seguinte, não nos esqueçamos que há um aumento substancial de pessoal a partir de 2014 e 2015, é verdade, mas não nos esqueçamos também que o Programa de Assistência à Economia Local, o dito PAEL, cortou aquilo que era serviços essenciais e não vamos agora discutir porquê, mas enfim, cortou 20% aquilo que eram serviços essenciais ao nível da limpeza, ao nível do jardins, ao nível de tudo aquilo que teve que ser reposto e teve que ser ainda melhorado mais, que não nos esqueçamos que as pessoas estão mais exigentes, e com razão, e que o serviço público deve responder de uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

forma mais eficaz. Não digo que deve ser tapado com pessoal, é verdade, mas que o pessoal é essencial para fazer essa função e, por isso, há aqui também um aumento derivado daquilo que houve cortes do ponto de vista desse Programa que, enfim, foi o que foi, não vamos agora discutir, mas essa evolução tem a ver com essa situação e também com aquilo que já discutimos anteriormente com as várias descentralizações de competências que vamos recebendo e, portanto, temos que estar preparados para muitas delas e isso também tem implicações.---

Foi dada a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara**, referindo que na sequência do que o Senhor Vice-Presidente acaba de dizer, eu quero apenas complementar no que diz respeito ao aumento da despesa com pessoal. Os Senhores Deputados não podem por um lado pedir, como pediram no passado, para contratar pessoal, porque reconheciam a necessidade de pessoal, e depois quando apresentamos aqui contas dizem "estão a gastar muito dinheiro com pessoal, isto não pode ser, isto é má gestão, começa a preocupar", portanto, acho que se dizem uma coisa isso deve inibirmos de dizer outra. Não podem ser contraditórios numa matéria tão importante. Porque das duas uma, ou aceitamos que as coisas não funcionam sozinhas e que de cada vez que existe um equipamento novo, de cada vez que aumentamos a área de jardinagem tratada nas nossas vilas e cidades, é necessário contratar pessoas, é necessário que estejam lá pessoas, ou nas escolas que tiveram rácios de funcionários relativamente aos alunos tão baixo, tão baixo que era uma absoluta insegurança dentro das nossas escolas ter tantos meninos e meninas nas escolas para tão poucos funcionários e, portanto, nós temos que contratar pessoas. E não devemos ter receio disso. Eu sei que há um preconceito até de natureza ideológica da parte dos Senhores que despesa com pessoal é má despesa, não é, os funcionários públicos fazem falta, temos que perder esse complexo. E quando fala da despesa deixe-me dizer-lhe o seguinte, o Senhor disse que aumentou muito a despesa com pessoal, mas provavelmente eu vou dizer aqui uma coisa que não é aqui dita, mas que é importante ter em conta, sabe quanto é que era o ordenado mínimo em 2014, quando os Senhores eram Governo no país? 480€ o ordenado mínimo. Sabe que muita gente, muita gente no funcionalismo público ganha o ordenado mínimo. Sabe quanto é que é hoje o ordenado mínimo no funcionalismo público? 635€, é evidente que tendo o salário mínimo subido tanto isso vai refletir-se na despesa com pessoal. Isto é óbvio, portanto, esta questão não pode, nem deve nunca, ser escamoteada num debate sério. Depois há aqui outra questão é que o descongelamento das carreiras, no funcionalismo público, que os Senhores, aliás, congelaram, faziam até gala disso, emagreciam o Estado, isso é que era boa gestão? Nós não nos esquecemos desses tempos difíceis com políticas violentas de gestão do Estado que pusemos o

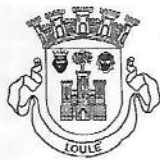


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Estado a servir muito mal as pessoas, nós não nos esquecemos disso. Portanto, congelaram carreiras, nós descongelamos e isso significa o quê, Senhor Deputado? Aumenta a despesa, naturalmente. Portanto, um debate sério sobre a despesa com pessoal deve reconhecer 2 coisas, primeiro a trajetória ascendente daquilo que se pagam às pessoas, aos funcionários públicos, e depois reconhecer que o trabalho deles faz falta, é necessário para que possamos ter escolas com crianças bem cuidadas, para que possamos ter operários que fazem muita falta para movimentar as viaturas, tratar dos jardins, tratar das calçadas, arranjar ruturas e por aí fora.-----

Vou agora também aqui justificar porque naturalmente a oposição critica, esse é o seu papel, mas a nós compete-nos defender-nos e com isso contribuimos todos para o esclarecimento dos cidadãos a quem devemos explicação a todo o tempo. Vamos ver, a Circular de Loulé neste momento, Senhores Deputados, tem projeto aprovado. Virá aqui à próxima Assembleia Municipal um Plano de expropriações das parcelas que vão ser necessárias para fazer o resto que falta da Circular de Loulé. E quando eu digo Plano de expropriações não quer dizer que vamos diretamente expropriar as pessoas, também, por favor, não confundam as pessoas com o papão de expropriações. Nós primeiro negociamos, que é uma condição da Lei, e depois se não chegarmos a acordo vamos com certeza entrar por um processo de expropriação.-----

Depois queria dizer-vos que a mobilidade, transporte público, Senhor Deputado, a mobilidade cresceu no concelho de Loulé, temos mais viaturas a circular e mais, coisa rara no país, não sei se única, a mobilidade é gratuita, a utilização dos transportes públicos em Loulé, Quarteira e Almancil é gratuita. Exatamente para quê? Para estimular as pessoas ao uso do transporte público e deixarem os automóveis sempre que possam em casa para que com isso possamos dar o nosso contributo para a descarbonização e para o ambiente mais limpo. Portanto, essa política que é a política de adaptação às alterações climáticas, Deputado Carlos Martins, faça-nos a justiça de não dizer que isto é propaganda e nada feito. Porque, Senhor Deputado, nós somos no país o município mais exemplar daquilo que é ter uma política climática correta, que está a correr bem e que está, não agora, desde que começamos. Nós fomos logo apontados como o município que melhor trabalhava nessa área. Eu tenho muito orgulho nisso. Sabe porquê? Porque quando começamos aqui a falar nisso aqui em 2015, alguns ficavam calados, o que é que ele agora descobriu, outros sorriam, mas agora toda a gente percebeu que isto é mesmo importante, portanto, não é agora que nós estamos a mostrar trabalho na ação climática, não, não, Senhor Deputado, quer na ação climática, quer na política ambiental, quer na recuperação de ecossistemas, quer na preservação da biodiversidade, ainda hoje vem no jornal Público uma notícia

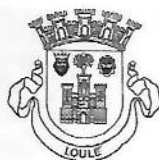


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

absolutamente extraordinária do trabalho desta Câmara que tratou de comprar para preservar um hotspot da biodiversidade, um hotspot com uma importância mundial onde há 20.000 espécies de animais cavernícolas. Podem dizer, ah, isso é uma coisa muito académica, muito requintada, não Senhor Deputado, isto é exemplar, nós temos que no futuro tratar de preservar a vida que habita no nosso planeta, connosco, o ser humano, porque senão nós não vamos pura e simplesmente deixar uma terra habitável aos nossos descendentes e a Câmara Municipal de Loulé, este Executivo que aqui tem, tem a absoluta consciência disso e somos reconhecidos. Temos contactos internacionais, relações com países europeus, até com o Norte de África. Na política da descarbonização nós somos o primeiro município na aplicação e no investimento, que já investimos até agora mais de 500.000,00€ e temos mais de 1 megawatt instalado em escolas, em edifícios públicos, em IPSS, nós temos já mais de 1 megawatt instalado em tudo isto. Isto significa muitas toneladas de gás carbónico, que é o principal gás com efeito de estufa, que não é lançado para a atmosfera. E para não falar de outras coisas que em altura própria, que oxalá tenhamos tempo, apresentar o nosso novo programa que é o Programa Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas, que é já a nossa estratégia em versão mais adiantada.-----

Portanto, políticas de habitação, Senhor Deputado, por favor, reconheçam-nos, reconheçam-nos como um dos municípios no país que tem finalmente uma estratégia, não faça zero, oh Senhor Deputado, sejamos sérios no nosso debate, desculpe, o Senhor próprio disse no seu discurso aqui que entregamos, já realojamos 22 famílias, e não são as únicas, não, não, então 2020, olhe lá, e tem sido anos difíceis, sabe? Porque esta coisa da pandemia, como o Senhor diz não pode ser desculpa para tudo, mas de facto complicou-nos muito a vida, qualquer cidadão de bom senso percebe que esta coisa da pandemia atrasou, complicou muita coisa. Portanto, eu poderia continuar, mas tenho que respeitar a disciplina, a gestão dos tempos imposta pelo Senhor Presidente e vou terminar, mas voltarei a estes assuntos oportunamente.-----

Pediu para intervir o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, referindo que de algumas notas que o Senhor aqui elencou, por vezes gosto de discursos, gosto de raciocínios, mas também gosto de discursos sérios e o Senhor nalguma parte da sua intervenção não foi muito sério. E não foi muito sério por esta razão que eu lhe vou fundamentar. O Senhor diz aqui políticas violentas do Estado em determinada altura, congela salários, oh, Senhor Presidente, deixe-me ler-lhe aqui um documento que se chama Memorando de Entendimento que foi assinado pelo seu camarada José Sócrates e pelo seu camarada Teixeira dos Santos. E diz ele na página número 3, da Política Orçamental para 2012 diz assim, linha 4,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

número 1, ponto 9: "limitar a admissão de pessoal na Administração Pública", linha 2, "congelar salários no Setor Público", número 3, "reduzir custo orçamental" e podíamos ir por aqui reduzir custos na saúde, reduzir pensões acima de 1500, Senhor Presidente da Câmara, o Senhor tem que ser sério no discurso, não pode o Senhor inventar coisas que não acontecem. Não se recorda o que aconteceu com o seu colega José Sócrates? Agora vem dizer que tudo é culpa do Partido Social Democrata? Senhor Presidente, seja no mínimo sério no discurso e assuma as consequências da má gestão que este país teve à custa do seu Partido, Partido Socialista e concretamente Senhor José Sócrates e Senhor José Teixeira dos Santos. O Senhor tem que assumir essa culpa como responsável, como é, obviamente, do Partido Socialista.-----

Bom, quando fala dos valores do salário mínimo, tem razão, se o salário mínimo a preços de 2014, obviamente, empola, mas nós estamos a falar em valores absolutos, estamos a falar em valores relativos, ao número percentual de funcionários. Descambou um pouco entre 1570 para 1940. Não estamos apenas a falar de valores absolutos ao bem que pode implicar o aumento do salário mínimo nessa questão. Portanto, também tem que ser um pouco sério nisso e não vale a pena escamotear porque os números estão lá e o seu Vice-Presidente próprio traz para que todos possamos ver e lá em casa ver que na realidade em 2014 tínhamos 1500 funcionários e passamos para 1940, aumentou 300 e tal funcionários. Só para deixar uma nota em termos de nota de rodapé, nós não estamos contra a entrada de funcionários da Câmara Municipal de Loulé, pelo contrário, nós estamos a favor que a entrada desses funcionários reflita, tenha como consequência a eficácia deste Município, aquilo que não está a acontecer. É isso que nós estamos contra, não estamos contra a entrada dos funcionários, estamos contra a admissão de pessoas que não vêm nada a acrescentar à eficácia que este Município tem e que se vê concretamente no Departamento de Urbanismo que implica casos sérios para o desenvolvimento económico do Município.-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, dizendo que nós estamos a fazer aqui uma análise daquilo que foi a gestão municipal em 2020. E em 2020, torno a frisar, a Câmara Municipal de Loulé não entregou nenhuma casa, não construiu nenhum fogo, não fez nada para construir uma creche, seja lá o que for. Estamos a falar de 2020, em 2021, como já frisei, felizmente a Câmara adotou outra postura prática no terreno. Estamos a falar de 2020 e para falar de 2020 quero destacar algumas coisas que a Câmara diz com mais relevantes, portanto, não há dúvida nenhuma que o investimento para 32,4 milhões de euros é realmente de notar, mas temos também que comparar o que o orçamento tinha



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

disponível, tinha disponível 160.000.000,00€. Mas a taxa de execução em relação às grandes opções do Plano foi de 67,8%, ligeiramente acima de 2018, mas inferior ao verificado no período de 2013 e 2018. Foi boa, mas inferior ao verificado ao período de 2013 e 2018, as grandes opções do Plano como consta do mapa que aqui está. De facto, as despesas municipais dizem-se controladas, no entanto, deve-se realçar o facto das despesas correntes representam 74,2% do total das despesas, e as despesas correntes são para pagar a administração da máquina, praticamente, sendo que as despesas com pessoal são cerca de 27,7%.-- Em relação ao endividamento, eu queria um esclarecimento do Senhor Vice-Presidente porque realmente há uma redução acentuada do endividamento, o endividamento está controlado, mas não podemos ignorar, é isso que eu queria saber, recentemente foi contraído um empréstimo de 34.000.000,00€, aprovado pela Assembleia, e que não consta em 2020, e que outro de igual montante está comprometido com o Instituto de Habitação para o cumprimento de estratégia local de habitação, o que quer dizer que a curto prazo o endividamento será somado mais 68.000.000,00€. Portanto, o saldo da conta de gerência foi de 48.000.000,00€ e o resultado líquido foi 5.000.000,00€. Como verificamos, muito abaixo dos 100.000.000,00€ citados pelo PSD, mas não deixa de ser significativo, como tal, outra coisa não seria aceitável se não apresentarem as contas controladas. A receita é substancial, embora as receitas de capital sejam insignificantes de 8.000.000,00€. As despesas correntes suportam grande fatia da atividade camarária relativamente ao atrasado com destaque para receita dos impostos diretos de 71,4 milhões de euros o que quer dizer que a economia e a riqueza deste país dependem do imobiliário e do turismo, não tenhamos dúvidas nenhuma, onde o IMT teve uma receita de 44.000.000,00€ e o IMI cerca de 28,5 milhões de euros Como vemos, dependemos essencialmente do imobiliário e turismo para mantermos a atividade corrente da Autarquia e para fazer face ao Plano de Desenvolvimento em curso.-----

Apesar da redução de aquisição de serviços significativa comparada com o ano anterior verificamos que realmente as despesas de pessoal totalizam 27%, mas ainda temos uma grande fatia que é feito por serviços externos, o que de alguma forma poderiam, gostei que a tendência seja de reduzir, mas tem que se reduzir mais.-----

Em termos de funções que tanto se apregoa de habitação, portanto, no ano de 2020 quanto à função educação representa 13,2% de gastos do Município, a função da Cultura e o Desporto representam 5,6 e 5,3%, respetivamente, a habitação representa somente 0,7% das despesas por atividades, portanto, salientando aquilo que eu frisei em relação a 2020.-----

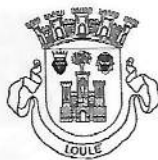


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Em termos de recursos humanos, realmente temos que somar aos valores camarários, os funcionários que transitam para as empresas municipais, que também prestam serviços ao Município, portanto, se nós verificarmos desde 2006 houve um crescimento acumulado de 408 trabalhadores, não contando exatamente aqueles que entraram para as empresas municipais, que como sabemos são 4, e que têm muitos trabalhadores.-----

Entretanto, gostaria de em termos de alguns pormenores que me fosse explicado. Na demonstração orçamental da despesa choca-nos particularmente o ridículo montante atribuído ao subsídio familiar de crianças e jovens, 47.000,00€, Senhor Vice-Presidente que há pouco falou em milhões, que contrasta com os quase 90.000,00€ gastos em Prémios, Condecorações e Ofertas. Portanto, disponibilizamos 47.000,00€ para as crianças e jovens, mas em Prémios, Condecorações e Ofertas gastamos 90.000,00€. Por outro lado, a somar aos 35.000.000,00€ de custo com pessoal, também gostava que me esclarecesse essa situação, verificamos que os trabalhos especializados feitos por empresas externas totalizam mais de 3.000.000,00€ em Estudos, Projetos, Pareceres e Consultorias. Para esclarecimento, na rubrica de Artigos e Objetos no valor de 91.500,00€ quando o investimento em Equipamento Informático em termos de pandemia com grande percentagem de trabalhadores em regime de teletrabalho e digitalização em curso tenham gasto somente 430.000,00€. Não percebemos os critérios. E também no montante da despesa de 2.000.000,00€ na rubrica D1.2 a bónus variável e eventual, o que é que é isto? 2.000.000,00€ será para pagar a tal despesa que vimos há pouco para compensar a perda de rendimentos do Senhor Arquiteto Carlos Neves? Não deve ser, com certeza, não deve ser.-----

Pedi para intervir a Senhora **Deputada Maria Esteves (PS)**, dizendo que aquilo que tinha pensado falar, o Senhor Vice-Presidente já o referiu. E a minha questão aqui é a questão do pessoal. Eu já ouvi aqui muitas vezes na Assembleia Municipal o grupo do Partido Socialista de senha ideológica. Eu não vou entrar por este discurso porque acho que o respeito é o que nos deve munir e como dizia alguém devemos discordar sem discórdia, portanto, não vou por aí. Dito isto, é factual que os quadros das Câmaras Municipais, das Autarquias são quadros que têm que ser fortes, têm que ser reforçados e que se tem que garantir a sustentabilidade do poder autárquico nesta matéria e vou falar especialmente da área que mais me diz respeito agora, não nascida em Loulé, mas sendo de Loulé e, portanto, como louletana como me considero, acho que todas as áreas são importantes. Vou falar da minha, que é a educação. Mais de 40% das pessoas ou dos quadros são da Educação e destas são assistentes operacionais, são assistentes técnicos, com uma média de idades que deve andar pelos 60. Ou nós



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

renovamos estes quadros ou então cedemos à tentação que muitos quiseram, mas não conseguiram, que foi privatizar tudo. Se puder ser seja também a Educação, seja a Saúde. Se queremos serviços públicos de qualidade temos que investir nos recursos humanos, portanto, a única coisa que eu posso dizer nesta matéria é que precisamos de mais e mais qualificados. E essa qualificação seja da responsabilidade de quem a tem que deverão ser as autarquias, mas também é o Ministério da Educação e o IEFP. Quem trabalha em Educação, quem trabalha numa escola pública todos os dias ouve dizer "não há funcionários que cheguem, não há cozinheiros que cheguem, não há nada que chegue." Então vamos ver se a gente se entende. Porque as escolas são o sítio onde as crianças cada vez estão mais tempo, nós queremos escolas seguras, nós queremos lugares de bem-estar sócio-emocional, para as crianças. Sem assistentes operacionais, sem assistentes técnicos, sem técnicos especializados, pode haver professores, pode e tem que haver, obviamente, mas estes também são necessários. Portanto, bem-vindos os funcionários públicos, estes e outros, mas bem-vindos os da Educação. Para mim isto é um investimento no futuro, e penso que para o meu Partido também, é um investimento no futuro, não é uma despesa pura e dura, portanto, vamos separar águas e vamos apostar no reforço de quadros, na renovação de quadros se queremos um futuro melhor para todos.-----

Para responder às questões, foi dada a palavra ao Senhor **Vice-Presidente, Pedro Pimpão**, em relação às questões levantadas, e bem, pelo Senhor Deputado Carlos Martins, exceto a última que responderei por comunicação pois terei que ir ver a rubrica e, portanto, irei ver essa AD1, embora, não tire logo juízos de valor, por favor, sobre logo para que resultado isso é, mas responderei por escrito, como é óbvio, a que se deve essa rubrica.-----

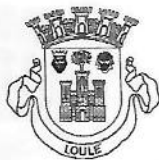
Havia aqui 3 pontos importantes que o Senhor Deputado referiu. A parte da execução orçamental. E eu irei citar o parágrafo do Revisor Oficial de Contas porque acho que é importante nesta questão da execução e execução em relação a áreas fundamentais de intervenção, e diz exatamente isto: "o nível de execução do ano 2020 ascende a 60%, 58 e% em 2019. Em termos absolutos os investimentos mais relevantes foram à semelhança do ano anterior as funções 33% Transportes e Comunicações, 24% Habitação e Serviços Coletivos, 21% Educação e 12% Segurança e Ordem Pública, todos com investimentos superiores a 5.000.000,00€ e taxas de execução entre os 62% e os 71%." E, portanto, há aqui uma execução e uma taxa de execução maior em áreas cruciais daquelas que tivemos a referir e por isso é importante também frisar esta parte.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Sobre os trabalhadores das empresas municipais e todas as contas das empresas municipais virá a esta Assembleia as contas consolidadas e nessa altura e nessa altura, como é óbvio, irei responder a todas as questões.-----

Sobre a parte da execução da habitação do ano de 2020. É importante, e o Senhor Presidente já referiu em sessões da Assembleias anteriores, de que a Estratégia Local de Habitação foi assinada em 2019 e todas estas questões levam o seu tempo, mas o Município de Loulé foi dos primeiros a ter uma Estratégia Local de Habitação e é dos primeiros, por assim dizer, no Algarve, também, que é uma região turística e que a disparidade em termos de acesso a habitação é maior derivado dessa parte turística, mas que a parte turística também é importante, e, portanto, começou a adquirir as primeiras frações e começou a ultimar os projetos praticamente no último trimestre de 2020, teve algumas aquisições e, portanto, no ano de 2021 vamos ter outros resultados, como viram nas transferências de capital que eu referi na ordem dos 800.000,00€, que tem a ver com o Primeiro Direito e tem a ver já com a execução, são transferências da execução, execução da compra quer de imóveis, quer já de processos em curso. Mas o ponto essencial que eu queria frisar e que foi dito também pelo Deputado Carlos Martins e também pelo Deputado Mário Botelho, acho eu, não tenho a certeza, que é esta questão de Aquisição de Serviços. Como sabem, a Aquisição de Serviços, e a pessoa tem que ser honesta consigo mesma, foi uma situação que desde o início deste mandato foi referido naquele livro do Fernando Santos que é esta questão da aquisição de serviços. E, de facto, há uma explicação e vamos ser completamente honestos. Há uma descida na prestação de serviços de 2019 para 2020, mas ela não tem a ver com o facto de haver uma menor externalização para trabalho direto, temos que ser honestos, tem a ver com uma redução de eventos, iniciativas derivadas pela paragem derivada da pandemia, portanto, há aqui uma situação e por isso não fiz grande referência a esta parte. Mas é importante explicar a estrutura dos cerca de 30.000.000,00€ de Prestação de Serviços. E esta estrutura há cerca de 40% que é fixa, ou seja, cerca de 12 a 15.000.000,00€ é praticamente fixo. E tem a ver com o quê? Com o pagamento às Águas do Algarve, porque eu tenho que pagar as águas para fornecer à população, tem a ver com a deposição de resíduos, eu tenho que pagar à ALGAR para depositar os resíduos, entra na Prestação de Serviços, eu tenho que fazer a limpeza da prevenção dos fogos, entra na Prestação de Serviços, e eu tenho que limpar cada vez mais porque cada vez mais o nosso território está acessível, por assim dizer, ao aparecimento de fogo cada vez maior, temos muito território nesta parte, e depois há uma parte interessante que os Senhores Deputados devem conhecer, que cerca de 8% daquele valor dos 30.000.000,00€ é para encargos relacionados com a cobrança



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

de impostos, é uma situação que na sua totalidade representa, juntando aqui outra parte, 15% dos encargos relacionados com a Prestação de Serviços é de pagamento à EDP, do ponto de vista de instalações, do ponto de vista da eletricidade, portanto, estamos a falar do pagamento à EDP, e os restantes estamos a falar, por exemplo, 5% em Transportes Escolares, entra aqui também Limpeza e Higiene que tinha que ser feita por empresas especializadas relacionada com o COVID, portanto, há aqui situações muito diversas. Agora é verdade que segundo o cálculo que existe, cerca de 10, 15% daquele valor poderá ser, por assim dizer, otimizado por 2 circunstâncias que o Município de Loulé está a trabalhar. Uma, que é contratação de pessoal direto para serviço direto, como referimos aqui, e a outra tem a ver com aquilo que o Senhor Presidente já referiu que é a intervenção na descarbonização, ou seja, para que os encargos com a EDP, os encargos com as instalações, escolas, edifícios públicos municipais, sejam cada vez menor e, portanto, a previsão é que 10, 15% daquele valor que está ali, cerca de 30.000.000,00€ de Prestação de Serviços, comece a decair com estas intervenções sucessivas e esses investimentos sucessivos que o Município de Loulé está a fazer. Portanto, acho que devia esta explicação, também por uma questão de honestidade na parte da Prestação de Serviços, mas temos a consciência que este é o caminho a percorrer.-----

Relativamente ao empréstimo, o empréstimo veio a esta casa em fevereiro ou março. E o empréstimo tinha uma contração de empréstimo de 34.000.000,00€ dividido em duas partes, 17.000.000,00€, 17.000.000,00€. O empréstimo tem que ir a fiscalização prévia do Tribunal de Contas e neste momento está em respostas e perguntas ao Tribunal de Contas a esse empréstimo e, portanto, ele não está em execução enquanto ele não tiver o visto. Ao não estar em execução, ele não tem impacto absolutamente nenhum no orçamento.-----

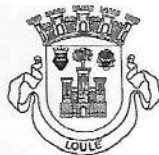
De seguida foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara**, apenas para um apontamento mais. O Senhor Deputado Mário Botelho disse que eu tinha que ser sério aquando aqui apresento os meus argumentos e eu faço, pode crer, e guardo sempre fidelidade à minha consciência, aquilo que digo é absolutamente sério. Nós estamos aqui num debate sobre política local, sobre o modo como gerimos um território municipal, mas de vez em quando vem, e não tem mal nenhum nisso, isso é absolutamente natural, as questões da política nacional até porque umas coisas estão ligadas com outras. Mas disse que quando eu disse que as políticas que foram aplicadas no tempo da vossa governação, o Senhor justificou-se com a Troika, disse não, nós tínhamos que fazer isso. Mas não se esqueça que na altura toda a gente disse, se se recorda bem, que os Senhores disseram, "não, não, nós não vamos fazer aquilo que a Troika exige, nós vamos para além da Troika."



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Lembra-se? Portanto, foi uma escolha vossa, essa é a vossa política, esse é que é o problema. E sabe o que é que a Troika fez? Foi impor sacrifícios aos portugueses, mas não a todos os portugueses, foram aos portugueses de rendimentos mais baixos, às pessoas que trabalham, que ganham pouco e porquê? Para salvar os bancos, o sistema bancário, portanto, os senhores foram para além da Troika, os senhores nisso foram, de facto, exemplares, só que a dureza das medidas que tomaram não vão ser esquecidas tão cedo.-----

Senhor Deputado, já agora, essa questão que vos perturba tanto que é contratar pessoas, eu vou-lhe dizer como já foi dito, mas eu volto a sublinhar, aquilo que foi dito pelo Senhor Vice-Presidente, a Administração Pública portuguesa está com uma média etária muito alta e nós não devemos deixar que os mais velhos, que têm experiência, que têm sabedoria saiam da Administração e só depois contratar os mais novos. Não, tem que haver aqui algum tempo em que 3, 4, 5 anos antes nós possamos contratar pessoas para que elas possam beber a experiência dos mais velhos e para poderem em pleno depois desempenharem as suas funções, nós estamos a fazer isso de uma forma assumida. Isso também explica algum aumento das pessoas que estamos a contratar, mas há outras coisas que explicam, igualmente, é que nós recebemos para a nossa competência todos os trabalhadores que trabalham no sistema público de saúde no concelho de Loulé. Todos aqueles trabalhadores assistentes operacionais e técnicos dos centros de saúde agora são trabalhadores do Município. Depois quero-lhe dizer que abrimos, por exemplo, mais salas para meninos com cuidados educativos especiais, autistas, temos que contratar professores, é quase um professor para um menino desses, ou técnicos. Esses novos serviços que nós prestamos para a população obriga-nos a contratar pessoas. O Conservatório de Música que abrimos, não funciona sozinho, não é só comprar os instrumentos, abrir as portas e os meninos tocam sozinhos. Aqueles professores todos e os funcionários que lá estão são contratados e são pagos pelo erário público municipal. O Loulé Criativo, aquele projeto fantástico que funciona no Palácio Gama Loba, tivemos que contratar funcionários. Também estamos a fazer um esforço para aumentar a qualificação, a percentagem das pessoas que trabalham na Câmara Municipal de Loulé, nós estamos a procurar que sejam pessoas com formação superior porque hoje em dia numa sociedade tão complexa em que as coisas não têm a simplicidade que tinham há 20, 30 anos, cada vez mais são requeridas pessoas com aptidões técnicas e académicas. E, portanto, isso também é um esforço que depois se traduz no aumento quer do pessoal, quer da despesa com o pessoal. E o último exemplo, que é uma matéria que lhe é muito querida a si, muito recentemente para resolver os problemas graves que tínhamos no licenciamento urbanístico, nós contratamos mais 9 arquitetos jovens, a partir de maio. Sabe



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

porquê? Porque levamos uma pancada que de 9 passamos a ter 2 em determinada altura e isso foi terrível para nós. Mas vamos recuperar e para isso de uma penada contratamos 9 arquitetos jovens, mas eles estão a aprender bem. Portanto, Senhor Deputado, dei-lhe aqui meia dúzia de exemplos que explicam porque é que a Câmara tem que contratar, tem que pagar e porque é que a despesa pública municipal com os funcionários públicos tem que subir, é que não há maneira de governar bem este território, servir bem as pessoas e os empresários se nós não tivermos um Estado a nível local qualificado, robusto e bem apetrechado com quadros e com pessoas que são os funcionários públicos.---

Pediu para intervir o Senhor Deputado Mário Botelho (PSD), agradecendo os comentários do Senhor Presidente. Se percebi bem quanto à contratação de pessoal, o Senhor quer dizer que por cada funcionário que existe na Câmara Municipal vai entrar outro, vai duplicar, quer dizer que nos próximos anos teremos em vez de 2000, 4000 funcionários. É isso que o Senhor quis dizer? É que o Senhor disse que durante 5 anos, daquilo que tiro das suas palavras foi nos próximos 5 anos precisamos de entrar pessoas para apoiar, para ter formação com aqueles que têm alguma idade e que vão sair e que vão ficar em simultâneo com aqueles que estão lá. Depreendo que não será os 100%, mas será 30 ou 40% das pessoas que têm mais de 60 anos, pelo que eu percebi aqui, vão entrar para a Câmara Municipal de Loulé, vão reforçar as equipas, mas que vai duplicar ou triplicar o valor de investimento com pessoal. Está errado, Senhor Presidente, quando uma pessoa vem para a Câmara Municipal tem as competências para exercer esse cargo, senão não entra. Esta era minha conclusão se eu estivesse no seu lugar.---

Outra questão que o Senhor frisou, o Senhor frisou uma questão bastante importante. A aplicação dos Serviços de Contratação para a Comida, o Senhor vai dizer "não, a comida para os miúdos tem que ser da melhor qualidade", o Senhor reforçou aqui, aumentou o número de funcionários nas cozinhas das escolas, é verdade, aumentou, e isso aumentou os custos com pessoal, mas diga-me uma coisa não se conseguia ter esse efeito com a comida tão boa como está a ser confeccionado, como o Senhor diz e não duvido, através de um serviço de outsourcing? Porquê? Não se consegue, evitando esse excesso de contratação, esse excesso de cativação política, esse excesso de voto no Partido Socialista? Isto é que é importante, Senhor Presidente, esta é que é a gestão de alguém que conjuga eficácia com eficiência e há apenas quem conjuga eficácia e eficiência não tem nada.---



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Pediu para intervir o **Deputado Carlos Martins (BE)**, para retificar apenas uma afirmação que fiz há pouco que não queria de modo nenhum citar, e peço desculpa ao Arquiteto Carlos Neves, o que eu queria dizer é que em relação ao montante desta despesa de 2.000.000,00€ da rubrica D1.2, Bónus Variável Eventual, que poderia explicar o gasto em horas extraordinárias para os Serviços de Assessoria. De modo nenhum, saltou indevidamente, peço desculpa ao Senhor Arquiteto, porque nunca jamais poderia incriminar pessoas sem prova.-----

Passou-se à votação:-----

b)- **Proposta 34/2021- Deliberação relativa à Aprovação do Inventário de Todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva avaliação do ano de 2020 e Documentos de Prestação de Contas para 2020**, de acordo com o disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º e alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; [Proposta da Câmara Municipal n.º 797-2021 e 887-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt); foi aprovada por maioria, com 27 votos a favor, 25 do PS e 2 do PSD (Francisco Rodrigues e Margarida Correia) e 7 abstenções, 5 do PSD, 1 do BE, 1 do CDS e 1 impedimento do Deputado Carlos Costa (PS).-----

Passou-se ao ponto seguinte;-----

c)- **Proposta 35/2021- Deliberação relativa à Aprovação da Alteração ao Mapa de Pessoal de 2021**, nos termos da alínea o), do n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 e Setembro; [Proposta da Câmara Municipal n.º 833-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

Para a apresentação deste ponto, foi dada a palavra à Senhora **Vereadora Marilyn Zacarias**, realmente a alteração é muito pequena, nós de uma forma a otimizar os recursos dos concursos que já estão concluídos e de alguns que estão em fase ainda de candidatura, viemos agora retificar este mapa que tinha sido aprovado em dezembro de 2020 com uma alteração, simplesmente, de mais 7 assistentes operacionais, mais 7 assistentes técnicos e 4 técnicos superiores. Portanto, é uma alteração muito pequena, de forma a evitarmos, inclusive, de otimizarmos os recursos e não termos mais despesas com a abertura de mais um concurso, vamos à bolsa de reserva de recrutamento, é realmente uma alteração muito cirúrgica.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Pedi para intervir a Senhora **Deputada Bárbara Correia (PSD)**, referindo que tem alguns esclarecimentos para fazer porque da análise do documento que foi enviado aparecem lá 299 vagas por preencher, nós não conseguimos entender com clareza quantos destes realmente foram preenchidos e quantos destes faltam por preencher, e parece que há lá uma indicação de um aumento de 83 postos de trabalho, portanto, eu agora estou um bocado confusa com os 4 técnicos, é por isso que cá estamos, é para esclarecer as dúvidas. Aquilo que nós retiramos, e que já aqui foi dito, é que passamos de 1926 funcionários para 2009 funcionários e, portanto, este Executivo tem pela primeira vez mais de 2000 funcionários, fora, como já aqui foi dito por outros Deputados, os trabalhadores das empresas municipais. Depois verificando ainda no mapa, dá para verificar, que há gabinetes que são compostos única e exclusivamente por chefes de gabinete, ou seja, eles são chefes de eles próprios, eu estou a falar do Gabinete de Apoio às Freguesias. Portanto, tem só 1 elemento e esse elemento é Chefe de Divisão, portanto, ele é chefe do quê, de quem, gostava que isso fosse esclarecido. Depois também há um Gabinete de Estratégia, Projetos Estruturantes e Desenvolvimento do Interior, que me parece muito interessante desenvolvimento do interior, que é um tema que falamos aqui diversas vezes e que não está contemplado com ninguém. Há aqui um aumento dos postos de trabalho, mas não foi pensado. Também gostava de saber porque é que este Gabinete se encontra deserto. Depois falar também que esta estrutura que defendem muito, mas isto é uma estrutura macro e que de facto não permite dar resposta, nem é ágil na resposta às necessidades sentidas. Aliás, eu acho que estas sucessivas alterações ao mapa demonstram isso mesmo, é exatamente essa conclusão que se deve retirar. E foi dito aqui pela Senhora Deputada que me antecedeu que disse que precisam de mais e mais qualificados e aquilo que eu questiono é se me estão a dizer que estes postos de trabalho a mais é para trabalhadores qualificados? É porque não é isso que nós retiramos desse mapa que nos foi apresentado. E dizer-vos e relembrar-vos que quantidade não é qualidade. Quantidade também não é necessariamente sinónimo de futuro e quantidade não vai melhorar problemas graves de liderança que este Executivo tem. Mas isso é garantido. Portanto, fala-se tanto também neste mapa que todas estas alterações são feitas por questões de economia processual. A nós parece-nos que por questões de economia processual aquilo que se exigia era uma organização séria com os meios que a Câmara tem ao dispor e não sucessivas contratações para lugares vazios, não pedidos, não justificados pelas necessidades dos cidadãos, portanto, é absolutamente desnecessário e, portanto, eu vou resumir isto em 3 pontos: chefes de si próprios, aumentos consecutivos de pessoal, sem fundamentos sérios que os sustentem, falhas atrás de falhas, uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

má, péssima gestão, este é o Executivo de Loulé.-----

Para esclarecimentos, foi dada a palavra à Senhora Vereadora **Marilyn Zacarias**, dizendo que lhe parece que a Senhora Deputada não tem noção, peço desculpa que lhe diga, realmente o que é um mapa de pessoal. Quando nós falamos que há lugares vagos, existem concursos a decorrer, logo os lugares são aprovados para esses concursos. Se o concurso está a decorrer ou ainda está em fase de candidatura, obviamente que os lugares têm que existir no mapa. Nós não conseguimos abrir um concurso sem ter lugares previstos no mapa. Não quero dizer que no dia de hoje estão todos abertos, estão todos preenchidos, daí chama-se mapa. Quanto aos gabinetes que referiu, temos o Gabinete de Apoio às Freguesias com uma chefe, é verdade, esse gabinete está em construção, neste momento, 2021, já tem uma assistente técnica, estamos a falar do anterior mapa, que está em mobilidade interna e que está a colaborar já neste gabinete e está previsto também vir uma técnica superior nossa que será por mobilidade. Quando é por mobilidade interna não entra no mapa, é um trabalhador da casa. No Gabinete do Desenvolvimento do Interior criou-se, na altura, quando fizemos e decidimos não avançar e de momento não está ninguém, de facto não está aberto. As necessidades que nós falamos aqui, é triste dizermos se são qualificados ou não. Nós não podemos dizer que um assistente operacional vale menos do que um técnico superior porque permita-me que lhe diga, se nós não tivermos assistentes operacionais nesta casa, não podemos ser nunca discriminatórios e um assistente operacional que está perante essa carreira e digo-lhe uma coisa, entram muitas pessoas com licenciatura em assistentes operacionais porque infelizmente na rua não encontram emprego e nós somos uma porta de emprego para muitas pessoas e para muitas famílias, portanto, parece-me triste ter essa atitude deprimente, porque as pessoas têm um valor por serem assistentes operacionais e não serem técnicos superiores.-----

c)- **Proposta 35/2021- Deliberação relativa à Aprovação da Alteração ao Mapa de Pessoal de 2021**, nos termos da alínea o), do n.º1, do artigo 25.º da Lei n.º75/2013 de 12 e Setembro; [**Proposta da Câmara Municipal n.º 833-2021**] (plataforma smartgov.cm-loule.pt); foi aprovada por maioria, com 28 votos a favor, 1 voto contra do PSD e 5 abstenções, 4 do PSD e 1 do CDS. -----

Passou-se aos pontos seguintes;-----

d)- **Proposta 36/2021- Deliberação relativa à 3ª Alteração Orçamental Modificativa da Receita, 3ª Alteração Orçamental Modificativa da Despesa e**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

3ª Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos, nos termos do previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, na redação atual; [Proposta da Câmara Municipal n.º 913-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

e)- **Proposta 37/2021- Deliberação relativa à Assunção de Compromissos Plurianuais- Abertura de Procedimentos Contratuais**, conforme estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º8/2012, de 21/02, na redação atual; [Proposta da Câmara Municipal n.º 915-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

Para a apresentação destes pontos foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente, Pedro Pimpão, referindo que esta revisão orçamental é uma revisão orçamental que tem 2 significados, mas são muito simples e muitos concisos para justificação, a primeira tem a ver com aquilo que nós aprovamos em sede de orçamento que foi uma estimativa do IMT de um valor e que ficamos bastante abaixo daquilo que queríamos colocar mediante a evolução, que é uma evolução muito díspar daquilo que poderá acontecer e, portanto, atualizamos o valor do IMT nesta revisão orçamental em mais de 2.000.000,00€, o que fez depois colocar esses montantes nos investimentos que vocês vêem na Tabela de Compromissos Plurianuais. Mas, mais uma vez temos que ser também honestos, essa transição desses montantes para esses investimentos tem a ver com uma gestão orçamental preventiva. O que é que eu quero dizer com isto? O Senhor Deputado Carlos Martins questionou da questão do empréstimo bancário e já vão 4 meses que o Tribunal de Contas continua com o empréstimo. Consideramos que seja qual for a decisão, a sua morosidade põe em causa também aquilo que o Senhor Presidente da Câmara também diz que é as pessoas exigem velocidade nos procedimentos, exigem velocidade no investimento e, portanto, nós temos que corresponder a isso mesmo, nós temos que corresponder com as armas legais que temos. E as armas legais que temos, armas no bom sentido, não estamos em guerra, armas ou os instrumentos que temos, quisemos preventivamente salvaguardar os investimentos que lançamos e estão aí e que estavam incorporados no empréstimo bancário. Porquê? Porque nós a aprovar e esta casa ao aprovar um empréstimo bancário, que é uma situação da legislação um pouco perversa, e isso pode ser transmitida a nível nacional, é que nós podemos lançar os concursos de investimento público com o empréstimo aprovado na Assembleia Municipal ainda antes de haver visto prévio do Tribunal de Contas, que é uma situação um pouco estranha. Mas para salvaguardar esta morosidade quisemos alocar os investimentos que lançamos com a atualização deste IMT que é real,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

também, e por isso trazemos a esta casa a proposta desta revisão orçamental para discussão e esperemos nós por aprovação.-----

Pediu para intervir o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, dizendo que aquilo que ouvimos trata-se da terceira alteração do orçamento verificada desde o início do ano num curto espaço de 5 meses. Portanto, em 5 meses já ocorreram 3 revisões do orçamento municipal, agora justificada por imposição do Plano Oficial de Contabilidade da Autarquia, resultante do aumento da receita de 2,3.000.000,00€ do IMT devido a cálculo incorreto na receita esperada ao nível do IMT e ajustada tendo em conta que até 31 de maio a receita cobrada neste imposto ascendeu a 21,7.000.000,00€, com implicação financeira em 21 rubricas das quais destaco algumas que irão ter implicação somente no final de 2022 e 2023, como é o caso da Rede de Esgotos das Quatro Estradas, na Maritenda, essa famigerada rede da 125 e a Circular de Loulé. Claro que são tudo obras importantes que constam naquele Plano de Investimentos, suportado pelo empréstimo, que nós aprovamos e que agora também iremos aprovar este pedido à Assembleia.-----

Foi cedida a palavra ao Senhor **Vice-Presidente, Pedro Pimpão**, respondendo ao Senhor Deputado Carlos Martins, cálculo incorreto nunca, o problema dos estudantes e dos licenciados em Economia é que gostamos de prever, por menos estas partes e gostamos de prever por mais outras e é por isso que fazemos prevenção e quisemos numa situação completamente díspar de uma pandemia que não existia, o imposto completamente volátil, quisemos ser moderados na estimativa que fizemos no IMT. Foi só isso, Senhor Deputado, quisemos salvaguardar a estabilidade orçamental naquilo que era a prevenção, quisemos apenas fazer isso, mas não temos problemas nenhuns em trazer 3, 4, 5 revisões orçamentais, aquilo que for preciso para manter sempre o orçamento equilibrado e estável.-----

Passou-se à votação;-----

d)- **Proposta 36/2021- Deliberação relativa à 3ª Alteração Orçamental Modificativa da Receita, 3ª Alteração Orçamental Modificativa da Despesa e 3ª Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos**, nos termos do previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual; [Proposta da Câmara Municipal n.º 913-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt); foi aprovada por maioria, com 27 votos a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

favor e 5 abstenções, 4 do PSD e 1 do CDS.-----

e)- **Proposta 37/2021- Deliberação relativa à Assunção de Compromissos Plurianuais- Abertura de Procedimentos Contratuais**, conforme estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º8/2012, de 21/02, na redação atual; [Proposta da Câmara Municipal n.º 915-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt); foi aprovada por maioria, com 27 votos a favor e 5 abstenções, 4 do PSD e 1 do CDS.-----

O Senhor Presidente da Assembleia, informou que há um conjunto de assuntos na nossa agenda que dizem respeito às freguesias para deliberação e há 2 assuntos que são informações para conhecimento sobre o Plano Diretor Municipal. O que tínhamos concordado na Comissão Permanente é que o que não for deliberado hoje depois transitará para a Assembleia que iremos fazer após a aprovação das contas consolidadas do grupo municipal na Câmara Municipal. O Senhor Vice-Presidente deu-me conta que conta aprovar as contas na reunião de Câmara do dia 7 de julho, o que quer dizer que nós poderemos apontar uma reunião da Assembleia Municipal para o dia 16 de julho que terá as contas consolidadas e poderá ter aquilo que decidirmos colocar na agenda. Perguntou ao Executivo Municipal se há algum inconveniente se todos os outros pontos que vão da alínea f) à alínea n) que tem deliberações e depois as outras 2 alíneas o) e p) que transitem para uma Assembleia Municipal cuja data previsível poderá ser 16 de julho? Perguntou igualmente aos Deputados Municipais, tendo tido a concordância de todos os presentes.-----

Pedi para intervir o Senhor Deputado Carlos Martins (BE), para questionar se os restantes pontos que não foram debatidos de hoje, nada impede que se agende uma reunião para a próxima semana para resolver os problemas. Também não discordo, se não há pressa da parte da Câmara, a que possa ser quando as contas forem aprovadas. Nas questões dos documentos que vieram hoje para informação sobre as alterações do PDM, como se tratam de alterações aos regulamentos e como cabe à Assembleia Municipal aprovar a alteração aos regulamentos, se não é realmente obrigatório por lei ser aprovado nestas Assembleias Municipais.-----

O Senhor Presidente da Assembleia respondeu que na sequência daquilo que foi a apresentação que foi feita na Comissão Especializada a alteração que chegou hoje ou ontem dá conhecimento de mais um passo dado pelo Executivo Municipal, no âmbito da promoção do processo, diz respeito a uma alteração ao regulamento que é uma alteração que resulta da alteração legislativa, que é uma imposição. Ou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ



seja, não há necessidade de a Assembleia aprovar porque não pode não aprovar, portanto, que é uma alteração que é feita pelo órgão Executivo cumprindo aquilo que é uma alteração do quadro legal.-----

Foi dada a palavra à Senhora **Vereadora Heloísa Madeira**, que disse que a explicação dada pelo Senhor Presidente da Assembleia não só corresponde à realidade, como a própria Lei diz que alterações por adaptação se fazem por mera declaração em reunião de Câmara, não necessitando de vir à Assembleia Municipal, isso está expresso na Lei.-----

O Senhor **Presidente da Assembleia** deu por terminada a sessão, e nada mais havendo a registar, foi lavrada a presente Ata, que depois de discutida e aprovada será assinada nos termos legais e regimentais.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

A 1ª SECRETÁRIA

A 2ª SECRETÁRIA

João Conceição



Grupo Municipal do Partido Socialista | Assembleia Municipal de Loulé

Moção Voto de Pesar

Pelo falecimento de João Manuel de Sousa Martins

A Bancada do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Loulé reunida a 25 de junho de 2021 manifesta o seu mais profundo pesar pelo falecimento de João Manuel de Sousa Martins, Presidente da Associação Social e Cultural de Almancil (ASCA).

João Martins nasceu no concelho de Loulé há 69 anos, foi desde sempre um livre-pensador e construtor de uma sociedade mais justa, igual e fraterna, tendo, na sua juventude, ingressado na Liga de Unidade e Ação Revolucionária e foi, a partir daqui, que iniciou o seu combate contra o regime fascista do Estado Novo.

A sua militância política levou-o a assumir, em 1993, a candidatura a presidente da Câmara Municipal de Loulé pela CDU. Mas em 1997, juntou-se ao Partido Socialista tendo sido candidato à Junta de Freguesia de Almancil, cujas eleições acabou por vencer, não apenas no ano de 1997, como também nos anos de 2001, 2005 e 2009 tendo, pois, sido seu presidente durante 16 anos, ou seja, desde finais de 1997 a finais de 2013.

No ano de 2013 foi eleito como vereador do PS, tendo exercido as suas funções com os pelouros da intervenção e gestão social, bombeiros municipais, associativismo sociocultural, transportes e fiscalização municipal.

Enquanto cidadão atento ao mundo interessou-se particularmente pelos problemas sociais sentidos na freguesia de Almancil, pelo que juntou a palavra aos atos e, com um grupo cidadãos Almancilenses, fundou nesta vila, a 14 de agosto de 1992, a ASCA, Instituição Particular de Solidariedade Social, com o objetivo de construir um equipamento social de modo a colocar no terreno as respostas sociais que a freguesia tanto necessitava. Foi o seu primeiro Presidente logo naquele ano de 1992 e depois, de um largo interregno, voltou a assumir a Presidência da Instituição no princípio de 2021, pelo que à data do seu falecimento era o Presidente desta IPSS.

Como cidadão Almancilense que compreendia perfeitamente o mundo que o rodeava, em particular no que se refere à centralidade e à relevância da freguesia de Almancil enquanto centro estratégico do destino turístico e da diáspora, dinamizou a realização do 1.º Congresso de Almancil bem como do 1.º Congresso das Comunidades Portuguesas pelo Mundo.

Empenhou-se, também, nas causas relacionadas com os direitos dos trabalhadores tendo sido um destacado ativista sindical, pelo que integrou, durante algum tempo, a Direção Nacional Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública Sul e Açores.

Com a morte do João Martins perdeu-se um verdadeiro homem bom, que se entregava de corpo e alma às causas sociais e humanitárias, ao desenvolvimento da democracia e da liberdade, mas ficou-nos o seu exemplo de um homem que lutou pelos ideais em que acreditou e que nunca se resignou a prosseguir o bem público.

Resta-nos, perpetuar a sua memória, reconhecendo a sua obra como uma referência, mantendo-a viva através da nossa participação cívica e política.

Citando o próprio num texto de cariz partidário: "Adeus, tenta não gatares a tua vida, a odiar e a ter medo!"

Desta forma a Assembleia Municipal de Loulé reunida a 25 de junho de 2021, homenageia o cidadão João Martins fazendo um minuto de silêncio em sua memória e manifesta o seu mais profundo pesar pelo seu falecimento, apresentando as mais sentidas condolências à sua família e amigos mais próximos.

Loulé, 25 de Junho de 2021



Voto de Congratulação

Pela nomeação de António Guterres

para o cargo de Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas

No passado dia 18 de junho, o presidente da 75ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, Volkan Bozkir, anunciou que António Guterres “foi nomeado por aclamação como Secretário-Geral das Nações Unidas para um segundo mandato, com início em 1 de janeiro de 2022 e término em 31 de dezembro de 2026”, na sequência da adoção, por parte dos 193 Estados membros da organização das Nações Unidas (ONU), da recomendação de 8 de junho do seu Conselho de Segurança.

Aos 71 anos, António Manuel de Oliveira Guterres, deputado à Assembleia da República durante 17 anos (1976-1993), membro da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa entre 1981 e 1983, onde presidiu à comissão de Democracia, Migrações e Refugiados, primeiro-ministro de Portugal nos XIII e XIV governos constitucionais, entre 1995 e 2002, e Alto Comissário da ONU entre 2005 e 2015, cargo que exerceu num contexto histórico muito exigente em que lidou com algumas das maiores crises de refugiados, durante os conflitos na Síria, no Iraque, no Sudão do Sul, na República Centro-Africana e no Iêmen, eleito por unanimidade em 2016 como Secretário-Geral da ONU vê, de novo, reconhecidas as suas qualidades humana, técnica e política, bem como a sua estatura ética, o seu rigor e o seu comprometimento com o compromisso uma vez assumido sempre o acompanhou “colocar as pessoas em primeiro lugar”.

Pelas suas qualidades humanas, políticas e intelectuais, António Guterres é, sem sombra de dúvida, uma personalidade particularmente preparada para enfrentar a complexidade dos problemas do mundo atual, afirmando-se como “um multilateralista empenhado” e “um português orgulhoso”, António Guterres comprometeu-se no seu discurso de posse em “servir com humildade, garantir o florescimento da confiança entre as nações, grandes e pequenas, para construir pontes e empenhar-me incansavelmente na construção da confiança em defesa dos Direitos Humanos, da criação de condições para uma recuperação sustentável e inclusiva tanto no mundo desenvolvido como num mundo em desenvolvimento, com base em princípios humanistas e na defesa de um modelo de organização social norteada pelos valores

solidariedade, da igualdade de oportunidades e de uma efetiva justiça social, no ideal de afirmação dos valores da liberdade, do pluralismo, do diálogo e da tolerância, afirmando-se como um “construtor de pontes”.

A Assembleia Municipal de Loulé, reunida em 25 de junho de 2021, congratula-se vivamente com a reeleição de António Guterres como Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas, ocorrida no passado dia 18 de junho de 2021 e solicita que deste voto seja dado conhecimento à Associação de Municípios do Algarve (AMAL), à Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e à ONU.

Loulé, 23 de junho de 2021

DECLARAÇÃO DE VOTO

PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERENTE A 2020

A actividade municipal esteve condicionada com o aparecimento no princípio do ano, dum novo corona vírus – Covid-19 - e com graves consequências e com especial incidência na saúde e nas liberdades das pessoas, pondo em causa a capacidade resposta do SNS e dos seus profissionais, dificultando a economia do país e local, contribuindo para o aumento do desemprego e da precariedade laboral e criando dificuldades acrescidas para empresas.

Durante os 7 anos de gestão PS à frente dos destinos do Município, ocorreu no período 2013/2020 uma arrecadação de receitas, num valor superior a 860 milhões de euros, na sua grande maioria provenientes das receitas correntes, resultando saldos significativos nas contas de gerência (em 2019 – 66,4 M€ em 2020 - 48 M€) e nas reservas bancárias, no final de 2019 eram 71 M€ e agora no fim de 2020, são cerca de 55 M€.

Por outro lado, o número de vereadores a tempo inteiro, passou de 5 para 7, do aumento do mapa de pessoal e da criação de uma nova estrutura orgânica dos serviços municipais, com 2 Directores Municipais e muitas mais chefias, não se traduziu na produtividade desejada.

Apesar das óptimas condições financeiras e de meios humanos (1940 funcionários, não contando com os das EMs), tornou-se evidente que o funcionamento dos serviços não corresponderam às expectativas dos cidadãos e investidores, quer na facilidade de atendimento, na rapidez das respostas na área do planeamento e na aprovação dos projetos.

Passados tantos anos após a revolução de Abril, no município mais rico do Algarve, com um orçamento superior a 160 milhões de euros, verificamos que as principais preocupações e prioridades para as populações continuam adiadas, quer seja no domínio das infra básicas (saneamento e águas), habitação e equipamentos sociais, assim como, no trânsito e na mobilidade urbana. A circulação rodoviária em Loulé é um caos diário, o fecho da Circular Norte é sistematicamente adiado e a Sul, nem sequer é apresentado uma solução.

Não alinhamos no slogan fácil de dizer: “com tantos milhões no banco não fizeram nada”. A despesa total em 2020, atingiu os 125,6 €. , Distribuíram apoios às famílias e empresas no âmbito da pandemia e subsidio pelas associações, continuaram a reabilitação de edifícios, e apresentam gastos exagerados na repavimentação de estradas e caminhos rurais, muitos deles sem necessidade aparente e em obras da responsabilidade do Estado, importantes sem dúvida para cativar emprego, mas esqueceram-se de garantir alojamento e creches. Os primeiros passos para resolver o problema da escassez de habitação foram dados, adquirindo habitações e terrenos que só daqui a muito tempo estarão disponíveis para as famílias..

Estamos satisfeitos com o reforço na admissão de novos quadros/técnicos especialistas e no combate à precariedade laboral, , esperando uma aposta séria na valorização dos trabalhadores, que os motive e enquadre em funções das suas competências. Em 2020 foram admitidos mais 122 trabalhadores, no final de 2015 eram 1482

O Relatório da Prestação de Contas referente ao ano de 2020, apresentado fica aquém do que seria desejável, nomeadamente na resolução dos problemas assinalados como áreas de intervenção prioritárias, como tal, e tendo em consideração ao exposto o Bloco de Esquerda não pode votar a favor, optando pela ABSTENÇÃO.

Loulé 25 de Junho de 2021



Grupo Municipal do Bloco de Esquerda

(Carlos José da Silva Martins)